



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 02/21-25
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
2021/11/12

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, no edifício do Cineteatro do Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, saudou todos os presentes e chamou o Senhor Luis Alexandre Lopes Fernandes, e o Senhor Jorge Manuel Cerqueira Nande, eleitos na lista “O Concelho em Primeiro”, para tomarem posse para o cargo de deputados nesta Assembleia Municipal. De seguida abriu a sessão.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Peter Anthony Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, substituído por Maria João Rio Ferreira Lima.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU, Coligação “O Concelho em Primeiro e Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Ordem do Dia:



Assembleia Municipal de Caminha

- a) – Discussão Relativa ao Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio no Território do Município de Caminha;
- b) – Eleição de grupo de trabalho para elaborar alteração do regimento da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 29 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;
- c) – Eleição do Representante dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e do respetivo substituto, para representarem a Assembleia Municipal durante o mandato;
- d) – Designação de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Caminha (CPCJ), nos termos da alínea I), do artigo 17º, da Lei nº 147/99, de 1 de setembro;
- e) – Designação de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 83º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, disse que havia uma inscrição e chamou o Senhor Carlos Seixas, em representação do Movimento SOS Serra d'Arga.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, e disse que acabou de fazer há menos de 5 minutos um juramento solene de respeitar as Leis e o Regimento, e não podia até pela profissão que exerce deixar de se manifestar em relação a esta convocatória. Existem, dois pontos que violam seguramente o Regimento da Assembleia e também a Lei



Assembleia Municipal de Caminha

75/2013. Em primeira lugar Senhor Presidente e todos ouviram e está escrito que a convocatória é do dia 05 de novembro, e como o Senhor Presidente bem deve saber, porque acredita que a Câmara Municipal de Caminha tenha assessores jurídicos para o informarem, e passa a citar que “ nos termos do artigo 87.º, alínea b, do Código do Procedimento Administrativo, que também regula o funcionamento dos órgãos colegiais, o dia em que se pratica o ato não conta para a contagem do prazo”, e o nosso regimento prevê no artigo 9.º, n.º 1, passa a citar” que as convocatórias das Assembleia Municipais são feitas com 8 dias de antecedência” o que significa que não contado o dia 7 de novembro, nos termos do artigo 87.º, alínea b, do CPA e até do artigo 279.º, alínea b, do CPC, para a contagem do prazo, está-se a realizar uma Assembleia Municipal no dia 12 de novembro, quando os 8 dias correm no dia 13 de novembro, e isto até pode parecer pouco relevante, mas, tem alguma relevância, e deixa o alerta, não sendo respeitado o prazo da convocatória, que é uma formalidade legal, mais do que regimental, Matos Fernandes, João Galambas ou qualquer empresa concessionário do Lítio pode pegar nesta Assembleia Municipal e levá-la a um Tribunal Administrativo e Fiscal, para obter a sua anulação, e por isso, deixa ali este alerta. E, dizer que estranha muito Senhor Presidente com tantos anos na Assembleia Municipal se tenha cometido uma gafe destas, a menos que seja uma gafe propositada, e com isto quer ali deixar expresso que com base no juramento solene que ali fez, estará sempre disponível para facilitar e colaborar, mas, sempre indisponível para facilitismos, porque são os facilitismos que tem levado ao mal caminho das Instituições Democráticas deste País.

Muito Obrigado.”

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, em resposta ao Senhor Deputado, disse que esta Assembleia Extraordinária foi subscrita por todos os grupos sabendo dessa limitação de tempo, mas, se o Senhor Deputado achar que esta Assembleia não se devia realizar tem todo o direito para a impugnar.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Carlos Seixas**, em representação do Movimento SOS Serra d'Arga, saudou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e deu início à sua intervenção;

"Venho aqui recordar-vos a intervenção inicial conjunta dos 4 movimentos cívicos que organizaram a manifestação de 23 de outubro. Faço-o porque alguns dos senhores pode não ter estado entre as 2000 pessoas que atravessaram as ruas de Viana do Castelo e os que estiveram podem não ter percebido o alcance daquela ação. Faço-o porque a escolha do nome da manifestação, "Minho Unido Contra as Minas", não foi feita ao acaso e o que ali aconteceu não pode cair no esquecimento. Que fique, portanto, escrito em ata.

Eis o que dissemos naquele dia:

"Este não é apenas um dia de contestação. Não é apenas um dia para dizer não às minas. Este é o dia de dizer sim, dizer sim à vida, à biodiversidade, à verdadeira sustentabilidade, sim à defesa do território, do nosso território, sim à defesa do património que é de todos, sim ao direito de escolhermos o nosso futuro, decidirmos sobre o modelo de desenvolvimento que queremos para os nossos filhos. Este não é apenas um dia de contestação. É um dia de festa. É o dia em que celebramos a nossa cultura, o dia em que celebramos o que somos, para dizer, em voz alta, o que não queremos que nos tirem. Este não é apenas um dia de contestação. Este é o dia da união. O dia em que o Minho, unido, esquece divergências pessoais, partidárias e ideológicas, divergências regionais e, a uma só voz, diz, de peito feito e braço erguido, que aqui, aqui não entram, porque a bouça é nossa e ninguém toca na nossa bouça."

Hoje, 12 de novembro, vimos pedir-vos que cumpram o vosso dever e ouçam a população. Ouçam aqueles que estiveram na manifestação de 23 de outubro e também aqueles que não conseguiram estar presentes nas ruas de Viana do Castelo e que vivem há mais de 2 anos aterrorizados com a possibilidade de destruição do seu território, do nosso território, do vosso território. Vimos aqui pedir-vos, aos senhores que são os representantes políticos dos caminhenses



Assembleia Municipal de Caminha

que digam, desta vez sem ruídos, desta vez sem ruídos, esquecendo, como vos pedimos naquela manhã de 23 de outubro, as vossas divergências partidárias, que digam, dizia eu, que temos o direito inalienável de decidir sobre o nosso próprio futuro. E que, como tal, recusamos este programa de prospeção e exploração mineira.

Assim, pedimos a esta assembleia que elabore e aprove por unanimidade uma moção ou uma resolução a enviar ao sr. ministro do Ambiente, exigindo-lhe que retire imediatamente a Arga do concurso público para prospeção de lítio e outros minerais. Já percorremos um longo caminho neste processo. Enfrentámos a propaganda governamental, negacionistas dos impactos da indústria extrativa e muito mais. Por isso, neste momento pretendemos apenas uma coisa dos senhores deputados, dos senhores presidentes de junta, do senhor presidente da Câmara e dos senhores vereadores: união. Para a defesa do nosso território exigimos apenas o seguinte: unanimidade na ação.”

2.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) Discussão Relativa ao Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio no Território do Município de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, disse que chegou à mesa uma Moção conjunta, apresentada pelas quatro forças partidárias, com acento nesta Assembleia Municipal, o Partido Socialista, a coligação “O Concelho em Primeiro”, a Coligação Democrática Unitária e o Bloco de Esquerda.

De imediato, o **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e a coligação “O Concelho em Primeiro”, a CDU e o Bloco de Esquerda têm 10 minutos para cada intervenção.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Múncipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“A nossa bancada tomou a iniciativa de propor o agendamento de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal para abordar a problemática da prospeção do lítio na Serra de Arga, iniciativa prontamente acolhida pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e por todas as bancadas representadas nesta Assembleia, facto que registamos como muito positivo e sinal de união claro na defesa do nosso território e das nossas populações.

Entendemos que esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal se justifica pelos seguintes motivos:

- 1) O facto de estar em curso um processo de consulta pública relativo ao Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio que inclui os territórios municipais da Serra de Arga como uma das oito áreas potenciais a concurso;
- 2) A oportunidade de ouvir o público e contribuir para o esclarecimento dos cidadãos através de um debate aberto e representativo, dada a composição desta Assembleia que inclui quatro forças políticas distintas, bem como os representantes das freguesias e uniões de freguesia do Concelho;
- 3) A necessidade de escrutínio da atividade do Executivo Municipal nas ações a empreender pela defesa da Serra de Arga, deixando as críticas e contributos construtivos que se justificarem face aos esclarecimentos que venham a ser prestados pelo seu Presidente.

O problema

O tema da prospeção de lítio não é novo para esta Assembleia Municipal. Com efeito, as diferentes forças políticas tiveram oportunidade de o discutir amplamente na Sessão Ordinária do dia 26 de junho de 2019, com a intervenção do público e a apresentação de diferentes moções por parte dos partidos políticos com representação no mandato anterior.



Assembleia Municipal de Caminha

Pela consulta da ata dessa sessão e pelas intervenções recentes dos responsáveis de todos os partidos políticos aqui representados, julgo que o diagnóstico é unânime:

- 1) A prospeção de lítio na Serra de Arga implicará a abertura de crateras com centenas de metros de diâmetro que inutilizarão zonas agrícolas e florestais e provocarão danos visuais graves pela descaracterização total da paisagem;
- 2) A exploração terá impactos profundos na morfologia e na hidrologia do terreno, provocando aluimentos de terra e inundações que contaminarão lençóis freáticos, ribeiros e rios, contaminando a qualidade da água;
- 3) As explosões diárias, as poeiras lançadas no ar e os ácidos largados no solo terão um efeito devastador na biodiversidade e na agricultura que é o sustento das populações.

O posicionamento da autarquia

Chegamos então a 2021 e à data de 28 de setembro, dois dias após as eleições autárquicas, em que foi dado início ao processo de consulta pública do relatório ambiental de prospeção de lítio em oito zonas do país. Uma atitude inqualificável e pouco séria por coincidir com um período de transição entre mandatos e de instalação dos órgãos autárquicos por todo o país e que, em nossa opinião, teve como objetivo condicionar o debate local, ainda que o prazo para participação tenha sido posteriormente alargado até ao dia 10 de dezembro.

A 23 de outubro, a população do Alto Minho saiu à rua e centenas de pessoas dos vários Concelhos manifestaram a sua oposição total à prospeção de lítio na Serra de Arga.

Na semana anterior, na investidura dos órgãos autárquicos, o Presidente da Câmara Municipal de Caminha afirmou a sua “oposição pública e formal ao projeto de mineração do lítio na nossa região” e deixou um “profundo apelo de unidade neste tema para bem da nossa gente e do nosso território”. A nossa bancada pretende corresponder a este apelo de unidade, mas não pode este Executivo esquecer que a unidade não se impõe, antes se constrói, pelo



Assembleia Municipal de Caminha

envolvimento de todos e pela acomodação das várias perspetivas e preocupações numa causa comum.

Assim, interpretando o sentimento dominante da população e tendo consciência dos perigos irremediáveis da exploração de lítio no nosso território, este é o tempo de os responsáveis políticos expressarem uma posição forte sobre:

- 1) A total oposição à prospeção e exploração de lítio na totalidade dos territórios municipais e não apenas na área protegida e na área coberta pela Rede Natura 2000, dado o potencial de contaminação das áreas adjacentes;
- 2) O repúdio veemente que nos merecem as declarações do Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, quando, em maio de 2021, afirmou que o que está em causa “é um mapa estritamente geológico e que delimita quais são os locais onde há potencialmente – porque é preciso fazer a sua prospeção – mais lítio em Portugal, e um deles é a Serra d’Arga”;
- 3) A necessidade de uma resposta firme do Município de Caminha em sede de participação no processo de consulta pública do Relatório de Avaliação Ambiental que enuncia, na página 40, a localização de depósitos litíferos em “cerca de 55% da área total de Arga que poderão ser alvo de trabalhos de prospeção e pesquisa para Lítio e para outros metais”, sem esquecer o referido na página 71 que admite que “a área proposta para classificação da Serra de Arga como Área de Paisagem Protegida de âmbito Regional extravasa os limites da Zona Especial de Conservação pelo que, a confirmar-se a classificação, ocorrerá uma sobreposição de 41,5 km² (32,8 % da área protegida) entre a área protegida e a área de prospeção e pesquisa da Serra de Arga”;
- 4) A necessidade de explorar todas as vias legítimas que obstaculizem o processo de prospeção e pesquisa de lítio na Serra de Arga.

Queremos, por isso, solicitar que se dê conhecimento a esta Assembleia Municipal e a todos os munícipes do teor do parecer a proferir pelo Município sobre esta matéria, bem como de todas as informações e desenvolvimentos



Assembleia Municipal de Caminha

deste processo, sugerindo também a realização de sessões de esclarecimento junto da população, em articulação com as juntas de freguesia, de forma a mobilizar e sensibilizar, ainda mais, as pessoas para os perigos da exploração que está em causa.

De igual forma, é fundamental que o Executivo Municipal divulgue este processo de participação pública através do seu sítio na internet e outros meios institucionais, apelando à participação individual de todos os cidadãos. Recordo, aliás, que o número 7 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio, que regulamenta a Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minérios, estabelece que “o prazo de duração da participação pública, os elementos informativos e a indicação do meio informático adequado para a receção das participações é igualmente publicitado no sítio na Internet dos municípios em cujo território se localizem as áreas a abranger pelos procedimentos”.

Volto novamente à Assembleia Municipal do dia 26 de junho de 2019, para recordar a intervenção do Senhor Carlos Seixas, no período de intervenção do público, quando formulou uma questão muito concreta aos deputados municipais: “estão disponíveis para chumbar todo e qualquer pedido que seja da vossa competência, nomeadamente no que diz respeito a alteração de planos de ordenamento, ou autorizações de usos mineiro que tenham que ser validados em assembleia municipal?”.

Este é o momento para reafirmar a nossa resposta a essa questão e ir mais longe, formulando um apelo e uma recomendação concreta ao Executivo Municipal.

Antes disso, somos de opinião que, no passado, deveria ter sido produzida uma alteração ao Plano Diretor Municipal de Caminha para inviabilizar a entrada da exploração de lítio, excluindo e eliminando todas as áreas classificadas como categorias de espaço próprias para a prospeção e exploração de recursos geológicos na Serra de Arga.



Assembleia Municipal de Caminha

Dessa forma, teríamos ido ao encontro do disposto no Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio, quando refere, no número 8 do Artigo 14.º, relativo ao procedimento de instrução do pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa, o seguinte: “a pronúncia dos municípios quando, total ou parcialmente, desfavorável é vinculativa e é sempre fundamentada em normas legais ou regulamentares aplicáveis ou na estratégia de desenvolvimento territorial municipal expressa nos elementos que acompanham o Plano Diretor Municipal respetivo.”

Ainda que nesta fase, de acordo com o número 3 do artigo 17.º do mesmo Decreto-Lei, relativo à instrução do procedimento concursal, a pronúncia dos municípios não seja vinculativa, “salvo quando se fundamenta na desconformidade da proposta com normas legais e regulamentares aplicáveis”, esta medida não teria deixado de representar um sinal político inequívoco do posicionamento da autarquia e dos agentes políticos locais no que diz respeito a esta matéria.

Somos, por isso, favoráveis a que este e os restantes municípios utilizem todos os meios à sua disposição, na medida em que o Governo, num tempo em que tanto se fala da descentralização de competências para as autarquias, retirou o tapete aos municípios excetuando a natureza vinculativa da sua pronúncia quando a atribuição de direitos mineiros é impulsionada pelo Estado através da abertura de procedimentos concursais.

Outras vias de solução

O Presidente da Câmara Municipal de Caminha afirmou em tempos que a batalha pela defesa da Serra de Arga é uma batalha política, quando questionado sobre a possibilidade de recorrer à justiça ou impugnar um concurso público para a prospeção e pesquisa de lítio.

Concordando com o seu ponto de vista, a verdade é que chegamos a um ponto em que existindo já pedidos de licença para a prospeção, a exploração está inerente e iminente.



Assembleia Municipal de Caminha

Aliás, a assinatura recente de 14 contratos para a exploração de lítio sem que as avaliações de impacto ambiental estejam concluídas é mais um sinal da urgência do atual Governo na concretização deste processo.

Por isso, caso se esgote a via política, e essa via tem neste processo de consulta pública a sua última esperança de sucesso, a população do Concelho de Caminha precisa de ter a certeza que o seu Executivo Municipal não deixará cair a sua luta e não desistirá de defender a Serra de Arga pela via judicial que é uma via totalmente legítima quando estão em causa direitos fundamentais das populações, como o direito à vida, o direito à habitação, o direito à saúde e o direito ao ambiente e à qualidade de vida.

Da parte da nossa bancada, cá estaremos para promover e apoiar todas as iniciativas que se possam levar a cabo nesse sentido. Não queremos os royalties, não queremos os planos de responsabilidade social dos concessionários nem os planos de recuperação paisagística acompanhados das garantias financeiras, previstos no Decreto-Lei n.º 30/2021, de 7 de maio.

Queremos a nossa Serra de Arga e os nossos territórios intactos. Que esta mensagem seja bem ouvida pelo Governo e por todos os intervenientes neste processo.”

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caminhenses aqui presentes e aos que assistem à distância pela Internet.

Meus caros senhores, minhas senhoras e pessoas de outras identidades de género, e disse o seguinte;

“Antes de iniciar a minha intervenção quero deixar nesta tribuna a solidariedade do Bloco de Esquerda com os trabalhadores e trabalhadoras da Função Pública, estejam ou não em greve.



Assembleia Municipal de Caminha

Compreendemos as razões da Frente Comum dos sindicatos a convocar neste dia a greve e, por isso, a nossa solidariedade com todos e todas, estejam, ou não, em greve.

É com muito gosto que me dirijo a esta Assembleia – que é extraordinária e a primeira deste mandato – e é com gosto, porque estamos aqui reunidos, não para debater as nossas diferenças (saudáveis e construtivas diferenças), mas para analisar aquilo que nos aproxima ainda mais; aquilo que nos une perante o perigo iminente que é a exploração de minérios no nosso Concelho.

Há hoje um enorme consenso na sociedade caminhense, na rejeição da exploração mineira e é esse mesmo consenso que tem de se ver aqui refletido nesta Assembleia de representantes eleitos por todos os caminhenses.

Foi com muito gosto que participei, esta semana, na reunião que permitiu elaborar o texto/moção final que se coloca hoje à apreciação desta Assembleia. A moção foi elaborada com os contributos dos representantes partidários e foi concluída com uma aprovação por unanimidade.

Manteve-se o foco na defesa do nosso território, deste território que herdamos e que estamos condenados a deixar de herança às gerações vindouras.

Esburacar o Concelho de Caminha – e não só a Serra de Arga, mas também as demais freguesias dos vales dos rios Minho, Coura e Âncora – não constitui o modelo de desenvolvimento que ansiamos para as nossas populações.

Claro que há alguns que dizem que as minas trazem desenvolvimento às populações do interior e este mesmo discurso já o ouvimos, até, da boca do atual Primeiro-Ministro.

Alguém considerar que as minas trazem desenvolvimento às populações é uma tentativa de nos enganar com um conto de fadas do género da Branca de Neve e os Sete Anões.

Transportado o conto para a vida real, a Branca de Neve equivale ao Lítio (mineral branco) e os sete anões, com as pás e as picaretas às costas lá vão contentes para o trabalho na mina.



Assembleia Municipal de Caminha

Ora, esta visão infantil das explorações mineiras, não tem nenhuma correspondência com a realidade atual, porque já não se usam vastos grupos de pessoas com ferramentas manuais para os trabalhos, mas antes muito poucos elementos humanos, a manobrar maquinaria pesada e camiões de grande tonelagem a percorrer os nossos caminhos e estradas.

Não virão “charters” de pessoas para dinamizar a economia local, os poucos trabalhadores, manobreadores da maquinaria pesada, não aportarão nada.

Não há desenvolvimento nenhum, pelo contrário, há prejuízo.

Que ninguém nos venha com contos, porque já vimos muitas minas, e já as vemos há muitos anos, comprovando-se claramente que não houve desenvolvimento nenhum para as populações, apenas houve danos e danos com tal grandeza que, mesmo muitas décadas depois do encerramento das mesmas, ainda persistem nos terrenos, nas águas, na saúde das populações e, irremediavelmente, na paisagem destruída para sempre; desaparecida.

E quem nos protege? Será que a Lei nos protege?

No que se refere à proteção legal, temos a chamada “Lei das Minas” (o Decreto-Lei 30/2021 de 07 de maio) que contém uma redação cheia de exceções.

Diz que não há mineração nas áreas protegidas, mas acrescenta: “sempre que possível”.

Ou seja, trata-se de uma lei que diz que “não se pode fazer, exceto se se fizer”.

Que garantias oferece este Decreto do Governo?

Às populações não oferece nenhuma garantia, mas o mesmo já não se pode dizer em relação às empresas de mineração, uma vez que estas possuem via verde até para as áreas protegidas.

Tanto este Governo, como todos os governos anteriores, ao longo das últimas décadas, têm falhado na conservação da Natureza deste país.

Não podemos ter um governo que governe contra as populações e contra a proteção do ambiente.



Assembleia Municipal de Caminha

Os governos não podem assumir-se como meros gestores dos interesses financeiros das multinacionais mineiras. Os governos são eleitos para governarem em defesa dos interesses das suas populações e não contra elas. Não podemos admitir que em cima dos muitos e muito graves problemas que já temos nas áreas protegidas, se acrescentem estes novos.

Por tudo isto, estamos aqui hoje em representação dos caminhenses e na sua defesa, porque foi para isso que nos elegeram; para os defender, a si próprios e a todo este território.

As minas são provisórias. A exploração dura enquanto houver minério em quantidade que seja rentável, depois fica o prejuízo e este já não é provisório; já não é temporal, é, praticamente, definitivo, fica para toda a vida; para toda a nossa vida.

Os camiões levam a branca de neve, e os anões, sem pás nem picaretas, conduzem toda a maquinaria pesada. O conto de fadas não tem um final feliz.

Não vos estou a dizer nada de novo, bem sei, e bem sei que todos quantos aqui estamos, temos plena consciência do perigo que corremos, que estamos por nossa conta, e que necessitamos de um grande empenho de todos e, claro, necessitamos de um forte apoio das populações.

Só com um grande e massivo movimento popular se pode demonstrar a nossa firme postura e, para isso, é preciso alertar todos os caminhenses que este problema designado por “Serra de Arga” não é um problema exclusivo lá de cima da Serra, como alguns dizem, lá longe, mas que desce até às populações dos vales dos rios Minho, Coura e Âncora.

É preciso que todos nós tenhamos o trabalho de divulgar a todos os caminhenses que a prospeção não está limitada à Serra de Arga, mas alargada a praticamente todas as freguesias do Concelho.

O mapa da Direção-Geral da Energia e Geologia é bem claro: para além das freguesias da Serra de Arga, estão dentro da zona de prospeção muitas outras e, por isso, é necessário alertar toda a gente de que isto não é um problema de um sítio distante, mas um problema daqui mesmo e de todo o Concelho.



[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten mark in black ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Por isso, a postura da Assembleia Municipal de Caminha, assumida por unanimidade na moção que se propõe, é tão importante, porque transmite uma mensagem única e determinada.

No entanto, temos que recordar que a moção constitui um contributo e que, por si só, nada irá travar; por isso a necessidade imperiosa da divulgação e da congregação de esforços de toda a população do Concelho, despida de clubismos, nua de partidarites, com um único foco: salvar a Serra de Arga e salvar o Concelho.

Estamos perante o maior ataque destrutivo conhecido no nosso território. A história não nos relata nada desta enorme dimensão.

O ataque dispara em todos os sentidos, desde logo os ecológicos, mas também os socioeconómicos, patrimoniais e culturais, bem como os aspetos ao nível do bem-estar das pessoas e dos animais, da sua saúde física e mental, colocando em risco a própria sobrevivência da comunidade.

A mineração a céu aberto será concretizada em crateras, amplas e profundas, e todo esse material retirado será transportado e descarregado noutros locais, para lavagem com águas que acabarão infiltradas nos terrenos e desaguarão nos nossos rios. Essas águas, essas escorrências, estragam as praias que alimentam o nosso comércio relacionado com o turismo e que geram emprego permanente e sazonal.

É desta forma que a mineração no Concelho destruirá o pouco e débil emprego que ainda existe.

Acresce ainda o prejuízo da desvalorização dos imóveis.

Quanto passará a valer o terreno ou a casa ao lado da exploração, com a cratera ali aberta, as máquinas em movimento, o incessante ruído, a constante poeira que tudo cobre, os problemas respiratórios...?

A todos acrescerá mais esse prejuízo que se somará à necessidade de migrar para outras paragens onde não haja exploração mineira e seja possível deter uma qualidade de vida idêntica à que até aqui temos tido.



Assembleia Municipal de Caminha

O despovoamento do Concelho será incrementado pela forçada expulsão dos aqui residentes.

Não há benefícios!

Não há desenvolvimento das populações e dos territórios!

O modelo de desenvolvimento que queremos para o nosso Concelho passa pela manutenção do atual equilíbrio ecológico, com incremento dessa manutenção e do aumento da proteção ambiental e não o seu contrário; nunca o seu contrário!

E porquê? Simplesmente porque queremos continuar a viver aqui.

O próprio estudo de impacto ambiental apresentado, apesar das suas muitas fraquezas, é claro a apontar os perigos, mas – atenção – como quase todos os estudos deste género, não servem para impedir o avanço dos projetos, mas apenas para os permitir, apontando algumas sugestões de fachada que, na prática, mesmo que observadas, resultam inúteis e insuficientes.

É imperioso que exista, por parte de todos os agentes políticos e dos movimentos independentes de cidadãos, uma postura única e unida, sem qualquer tipo de divergência, querelas ou tendências.

Que há diferenças na visão e na atuação é um facto incontornável – e ainda bem que assim é, no entanto, essas diferenças não podem constituir um empecilho à unidade de ação e ao consenso.

Façamos das diferenças mais-valias, vantagens, unidade e nunca separar; perante este ataque desmesurado e despudorado. Por isso a necessidade da moção conjunta, porque todos unidos somos mais fortes!

A moção foi elaborada pelos partidos representados nesta Assembleia com a colaboração do senhor presidente da Assembleia Municipal

Em meu nome e em nome do Bloco de Esquerda de Caminha, fica aqui expresso o nosso agradecimento.

Muito obrigado a todos.”



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vile, Arlete Marina Coelho**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Eu Marina Coelho sou presidente de Junta da freguesia de Vile e estou aqui como porta voz dos habitantes da freguesia que represento.

Estou aqui para dizer não á prospeção e pesquisa de lítio no nosso Concelho. Desde que tomamos conhecimento em 2019 que haveria a possibilidade de exploração de lítio na Serra d’Arga o executivo da freguesia de Vile mostrou logo que seria contra esta atrocidade.

Infelizmente a freguesia de Vile fez parte de apenas um grupo de 3 freguesias que desde o início se manifestou contra esta exploração. Foi das primeiras freguesias a requisitar junto das associações ambientais uma sessão de esclarecimento para a população.

Vile não será uma freguesia que segundo o mapa geográfico que tivemos acesso seja afetada diretamente. Que seja esburacada como o nosso governo assim o deseja.

Mas será um dano colateral. E é um dano gravíssimo que nunca mais será revertido.

Vamos perder a qualidade das nossas águas.

Vamos ter terrenos desvalorizados.

Vamos deixar de ter qualidade de vida que este nosso Concelho sempre nos proporcionou.

E, se alguém tem um Concelho com recursos que nos proporciona essa qualidade de vida é o nosso Concelho.

Nós temos uma praia maravilhosa, nós temos rios com águas cristalinas, nós temos uma serra fantástica. Nós temos turismo em ascensão.

E, se não conseguirmos travar esta luta perdemos tudo.

Por isso digo:



Assembleia Municipal de Caminha

Lítio não.

"Fora da serra que a serra é nossa"

Obrigado, Boa noite"

A Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, deu início à sua intervenção;

“Como o futuro não se pode esconder do passado e a verdade é como o azeite, vem sempre ao de cima, não podia deixar de fazer uma intervenção nesta Assembleia, onde o principal ponto da ordem dos trabalhos é o Programa do Governo referente à exploração de Lítio e outros minerais associados.

O tempo mais uma vez deu-me razão e é com satisfação, embora tarde, mas como diz o velho ditado "mais vale tarde de que nunca", que vejo a bancada do Partido Socialista e restantes apoiantes reconhecerem que a luta travada pela Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, contra as explorações nas vertentes da Serra d' Arga, é uma causa nobre e de muita coragem.

Uma nova tomada de posição da referida bancada, totalmente diferente daquela que existiu em 2019, 2020 e até ao mês de outubro de 2021, sendo só agora possível porque o Senhor Presidente da Câmara, na manifestação que ocorreu em Viana do Castelo, referiu no seu discurso que estava contra as explorações na Serra D' Arga.

Uma mudança de posição que deixou muitas dúvidas a muita gente, mas que para mim é tão clara como a água. O que está a acontecer é apenas uma mudança estratégica com carácter meramente político e de lavagem de cara, devido aos acontecimentos das últimas eleições autárquicas, onde os candidatos pelo Partido Socialista às Câmaras de Viana do Castelo, Vila Nova da Cerveira e Valença prometeram às suas populações, caso fossem eleitos, que iriam estar contra a exploração nas suas Serras.



Assembleia Municipal de Caminha

Infelizmente, não vi esta bravura heroica nem a presença de nenhum elemento do executivo da Câmara Municipal de Caminha nas várias manifestações que foram feitas em vários pontos do País, nem nas várias sessões de esclarecimento realizadas, onde a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora esteve presente.

Não posso esquecer, também, o que aconteceu quando fiz duas intervenções nas Assembleias Municipais a alertar sobre este grave atentado ambiental que agora está prestes a acontecer. Na altura, fui criticado pelo Senhor Presidente da Câmara e por alguns Presidentes de Junta por termos colocado dois outdoors, meramente informativos, onde mencionávamos as Freguesias do Vale do Âncora que iriam ser alvo de prospeções e explorações e dos efeitos nefastos para o meio ambiente e para todos os seres vivos, alertando também para a poluição do rio Âncora, que vai acontecer com este atentado terrorista ao nosso meio ambiente.

Minhas Senhoras e meus Senhores, esta mentira que nos querem impingir, que a destruição das nossas serras é um mal menor comparado com o que se poderá beneficiar em relação ao problema que está a acontecer ao nosso Planeta, é de verdadeiros loucos que apenas têm a ganância dos biliões de euros que vão receber dos Fundos Comunitários e dos diversos minerais que vão extrair das entranhas das serras.

Esta obsessão do Governo, em querer a todo o custo destruir o que temos de melhor no nosso território, apenas por interesses obscuros, é um verdadeiro atentado a toda a população do Concelho de Caminha.

Um Governo que, desde o início, nunca demonstrou transparência neste assunto. Não fosse a Ex. Deputada da Assembleia da República, Dra. Liliana Silva, a descobrir e a tornar público o que estava a acontecer nos meandros da dita casa, talvez este assunto ainda passasse despercebido. Foi ela a primeira pessoa, a nível nacional, a dar cara e voz a estes graves atentados ambientais sem precedentes em várias Serras, estando, infelizmente, incluída a nossa linda Serra D' Arga. Um Governo que aproveitou o estado de emergência da



Assembleia Municipal de Caminha

Pandemia do COVID -19 para publicar o concurso para exploração de Lítio no nosso País.

Um Governo que, a pedido de vários Presidentes de Câmara, publicou uma lei em que diz, claramente, que os pareceres das Câmaras não são vinculativos ao Programa das Explorações e Pesquisa de Lítio e outros minerais associados.

Uma lei que caiu como uma luva para muitos Presidentes.

Um Governo que, passado um dia das eleições autárquicas, publicou o Relatório Ambiental Preliminar, relacionado com o Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio de 8 áreas potenciais para serem totalmente arrasadas.

Um Governo que, com a conivência de alguns Presidentes de Câmara, escondeu este grave problema às populações que vão ser afetadas, apenas com medo de perderem Juntas de Freguesia e as suas Câmaras e, neste ponto, estou plenamente de acordo, se não o tivessem feito, uma das Câmara a cair seria a Câmara de Caminha.

E por falar da Câmara Municipal de Caminha, gostaria de saber: por onde anda a proposta que visa a classificação da Serra D' Arga como área de Paisagem Protegida, onde estão envolvidos os Municípios de Caminha, Viana do Castelo, Cerveira, Ponte de Lima e que conta com o apoio da CIM?

Esta proposta que já foi prometida há mais de um ano e ainda ninguém sabe nada sobre a mesma, deixa-me muitas dúvidas no que respeita à transparência da mesma.

Eu pergunto: porquê tanta demora em dar a conhecer essa proposta publicamente? Será que existe alguma razão para essa demora?

Eu penso que sim, provavelmente interessa saber primeiro, antes de se tornar público, quais as zonas que vão ser para explorações e só depois é que ajustam ao projeto as zonas para classificação das áreas protegidas.

Se alguém me perguntar o que se pode fazer a partir de hoje para travar o avanço deste Programa das Explorações eu respondo; muito pouco ou nada se pode fazer, "quando as batatas já estão cozidas nunca mais voltam a ficar



Assembleia Municipal de Caminha

cruas". Numa causa tão importante como esta, não se pode vestir duas camisolas, como acontece com uma responsável que está à frente de um movimento, mas que já demonstrou estar mais preocupada em proteger a sua classe política do que, verdadeiramente, lutar contra este projeto de mineração. Também não se entende, existir uma Associação Ambientalista em Vila Praia de Âncora que nunca deu a cara contra esta pretensão do Governo Socialista. Só uma coisa nos resta fazer, rezar para que Deus nos proteja a todos destas pessoas gananciosas, que por dinheiro vão até ao fundo do inferno, nem que seja à custa de vidas humanas. Para terminar, passo a ler uma parte do texto da nossa tomada de posição em relação ao Relatório Ambiental Preliminar.

"Posição da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora em Relação ao Relatório Ambiental Preliminar do "Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio de 8 Áreas Potenciais para Lançamento de Procedimento Concursal para Atribuição de Direitos de Prospeção e Pesquisa de Lítio"

Após uma cuidadosa leitura ao Relatório Ambiental Preliminar (RAP) do "Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio de 8 áreas potenciais para lançamento de procedimento concursal para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de Lítio", vem, a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, dar a conhecer a sua posição:

Considerando que o Governo não tem sido transparente neste assunto, não nos podemos esquecer que, em abril de 2020, enquanto decorria o estado de emergência da pandemia COVID-19, foi publicado pela Direção-Geral de Energia e Geologia o concurso para exploração de Lítio em várias Serras do nosso País;

Considerando que no Relatório Ambiental Preliminar (RAP), está prevista a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de Lítio na Serra D' Arga;

Considerando que todas as Freguesias que fazem parte do Vale do Âncora, Freguesias do Concelho de Caminha e do Concelho de Viana do Castelo, vão ser alvo de explorações e pesquisa;



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Considerando que, na Avaliação Ambiental do Programa de Exploração e Pesquisa de Lítio, não foi considerada a Bacia Hidrográfica do Rio Âncora, sendo ela de extrema importância para a economia da nossa Freguesia, temos dúvidas se foram acauteladas medidas de mitigação. Gostaríamos de saber o porquê da Bacia Hidrográfica do Rio Âncora, tendo características tão peculiares, não ter sido incluída no Estudo de Avaliação Ambiental do já referido Programa? O que estranhamos, estando este rio no centro da área de exploração, não vermos nenhuma análise SUOT e medidas de mitigação para os impactos inerentes ao Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio na Serra D' Arga;

Considerando que Vila Praia de Âncora tem umas das mais importantes estâncias balneares do Alto-Minho, tendo na sua génese a famosa praia das crianças, conhecida pelas suas águas calmas, transparentes e temperadas, o que faz a delícia de milhares de crianças e adultos não só nos meses de verão, mas também durante outros meses do ano;

Considerando que o rio Âncora mantendo estas características, livre de qualquer tipo de poluição, permite que a nossa praia seja, há vários anos, consecutivamente galardoada com a bandeira azul, sendo que este ano também foi galardoada com a bandeira qualidade de ouro, exemplo da grande qualidade da água e do nosso areal;

Considerando que a união destes elementos tem mantido uma procura ascendente do turismo, que por sua vez movimentava toda a nossa economia local;

Considerando que estas receitas turísticas são importantes e até essenciais para a economia da nossa Freguesia;

Considerando que o processo de mineração de Lítio requer cerca de 400 a 2 milhões de litros de água por quilo de Lítio e que essa água vai ser retirada nas nascentes do rio Âncora, linhas de água e nas massas de água subterrâneas;

Considerando que essa água, depois de passar pelas estações de tratamento do minério em bruto será, novamente, reencaminhada para o rio, mas cheia de



Assembleia Municipal de Caminha

poluentes tóxicos, prejudiciais à fauna e à flora e, conseqüentemente, à vida humana. As descargas para as linhas de água serão constantes, principalmente nos dias de chuva e tudo irá parar ao rio Âncora e à nossa praia;

Considerando que entre os vários minerais a serem extraídos encontra-se o Volfrâmio, que se caracteriza pela sua radioatividade, e que, em pequenas quantidades, é fator de risco muito elevado, originando problemas de saúde como a infertilidade e o cancro;

Considerando que um dos principais reagentes do Lítio a utilizar é o Ácido Sulfúrico, um produto altamente cancerígeno, que irá ser utilizado em quantidades industriais;

Considerando o impacto negativo que terá na nossa saúde e em particular na saúde dos nossos jovens e crianças;

Considerando que este tipo de explorações requer cerca de 3 toneladas de explosivos por dia e, sendo explorações a céu aberto, o ruído será ouvido a vários quilómetros de distância, levantando poeiras com partículas soltas de metais pesados que serão transportadas pelo vento a distâncias muito grandes;

Considerando que o Relatório Ambiental Preliminar refere que 55% do conjunto montanhoso da Serra D' Arga é propícia para exploração e pesquisa de Lítio e outros minerais associados;

Considerando que este tipo de exploração e prospeção vai dar seguimento a uma exploração sem precedentes no conjunto montanhoso da serra e da encosta referida;

Considerando que, pelo facto de se tratar de várias minas a céu aberto, conduz à destruição da fauna, flora e de todo o património montanhoso;

Considerando que na página 169 do Relatório em causa, quadro 6.3 — Quadro de Governança

"Responsabilidade no âmbito da aplicação do PPP Lítio", a APA -Agência Portuguesa do Ambiente não tem qualquer poder sobre os previsíveis



Assembleia Municipal de Caminha

acidentes ambientais, sejam naturais ou propositados, nos trabalhos inerentes às explorações e pesquisas de minerais. E, no que se refere às Câmaras Municipais, para essas a culpa morreu solteira porque não têm qualquer poder interventivo mesmo dentro das malhas urbanas onde também se vai sentir o impacto destruidor das explorações, sejam ambientais ou de outras naturezas; Neste contexto, a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora está contra este grave atentado ambiental sem precedentes na história da nossa Freguesia e do nosso Concelho e que se irá perpetuar por várias gerações vindouras.

A Junta de Freguesia repudia a intenção do Governo em destruir o que de melhor temos neste local sagrado, em nome dos interesses económicos, pessoais e políticos.

Queremos mostrar, também, a nossa indignação por este assunto ter sido tornado público no dia a seguir às Eleições Autárquicas e com um prazo muito reduzido de participação na consulta pública e repudiamos esta atitude do Governo numa altura em que as autarquias estavam no Regime de Gestão Limitada dos Órgãos das Autarquias Locais e seus Titulares, conforme a Lei n.947/2005, de 29 de agosto.

A Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora deixa uma recomendação ao Governo, em vez de destruírem o nosso património ambiental e paisagístico, melhor fizessem a reflorestação dos montes e limpezas periódicas dos mesmos, para assim podermos todos usufruir de um pulmão natural de oxigénio puro, de paisagens verdes e deslumbrantes nas nossas serras, isso sim seria o maior legado que poderíamos deixar para as nossas futuras gerações.”

A **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Dem, Hugo Afonso**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, deu início à sua intervenção;



Assembleia Municipal de Caminha

“Sendo esta a minha primeira Assembleia Municipal onde uso da palavra em nome da Freguesia de Dem, quero começar por saudar todos os eleitos no passado mês de setembro desejando que possam ter um mandato de conquistas e de trabalho pela população.

Quero também congratular os deputados de todas as bancadas desta Assembleia, pela oportunidade de convocar esta reunião extraordinária sobre a possibilidade de termos o nosso território tomado pela exploração de lítio e outros minérios.

A posição da Freguesia de Dem é bem conhecida: somos contra a prospeção, pesquisa e exploração de lítio na área denominada Arga que abrange a nossa Freguesia e várias Freguesias dos Concelhos de Caminha, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira e até Paredes de Coura. Por isso, temos empenhado em explicar à população o que pode estar em causa e participamos em força no passado dia 23 de outubro na grande manifestação que juntou mais de mil pessoas em Viana contra a exploração de lítio na Serra d'Arga.

Para a Junta de Freguesia de Dem não há dúvidas: o valor do património, biodiversidade, paisagem e atividade económica que hoje temos no nosso Concelho é muito superior ao valor económico de qualquer exploração mineira que pode durar 20 ou 30 anos, mas deixar sequelas no nosso território que durem séculos. Já vimos esse filme com o Volfrâmio e achamos que com a exploração de lítio pode ser pior.

De facto, não se compreende como podemos andar anos a investir na preservação da natureza e na valorização das pessoas e, depois, por causa de uma febre do lítio que as autoridades não explicaram bem, deitar tudo a perder colocando em risco a nossa forma de vida, a nossa terra e as nossas famílias.

Por isso, estamos ao lado de todos os que rejeitam a mineração de lítio na Serra d'Arga. Ao lado das pessoas, em primeiro lugar, das associações ambientalistas que têm feito um bom trabalho de esclarecimento e ao lado da



Assembleia Municipal de Caminha

Câmara Municipal que se tem pronunciado sempre contra este atentado nas instâncias formais e na comunicação social.

Estamos, repito, muito preocupados com este concurso público para exploração mineira no nosso país e pedimos à Câmara Municipal que não deixe de se pronunciar de forma contundente no período da Audição Pública sobre o Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar. É o que fará a Freguesia de Dem, também.

Mas permitam-me dizer que estou ainda mais preocupado porque, neste momento, fora do concurso lançado pelo Governo, existe já um pedido de atribuição de direitos de exploração de lítio numa área designada como "Aldeia" que abrange áreas da União de Freguesias das Argas, de Argela mas, sobretudo, de Dem. Sim, ouviram bem, já há um pedido para exploração de lítio formulado em 2016, num processo que foi comunicado à Câmara de Caminha em 2009 que permitiu exploração e pesquisa que já aconteceu e que agora ameaça a nossa freguesia e os nossos vizinhos com a exploração. Quero agradecer o parecer negativo que esta Câmara deu ao pedido, mas tenho muito receio do que possa vir a acontecer. Estaremos atentos e a população de Dem estará mobilizada contra qualquer tentativa de fazer mal ao nosso território.

Em alguns casos, costuma-se dizer que existem muitas dúvidas e poucas certezas, mas, sobre este caso do lítio creio que existem algumas dúvidas, mas muitas certezas. Temos dúvidas no método, no timing, no facto de ser rentável ou não e no porquê de ser aqui. Mas certezas, essas temos muitas... Se abrirem crateras no nosso Concelho, é certo que nunca mais a Sra. Das Neves em Dem será igual, nunca mais as azenhas em Vilar de Mouros serão iguais, nunca mais o coto da pena ou a Foz do Minho em Caminha e Vilarelho serão iguais, nunca mais a praia das Crianças ou o Calvário em Vila Praia de Âncora serão iguais, nunca mais a praia de Moledo ou a mata do Camarido em Moledo e Cristelo serão iguais, nunca mais a praia das Pedras Ruivas em Seixas será igual, nunca mais o cruzeiro da Independência em Lanhelas será igual, nunca



Assembleia Municipal de Caminha

mais a romaria a de S. João em Arga será igual, nunca mais o moinho de Bouça Mé em Gondar e Orbacém será igual, nunca mais S. Pedro Varais em Vile será Igual, nunca mais a Gelfa em Âncora será igual, nunca mais o monte St. Antão ou o pego em Venade e Azevedo serão iguais, nunca mais Santo Amaro em Riba de Ancora será igual, nunca mais as veigas de Argela serão iguais... o Rio âncora, o rio Coura, o Rio Minho, o rio de S. João, o nosso mar as nossas praias, os nossos miradouros... nada será igual, tudo isto e muito mais são certezas.

Termino agradecendo a vossa atenção, pedindo a todos que possam estar unidos independentemente das cores políticas de cada um.

Tenho dito.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, deu início á sua intervenção e disse o seguinte;

“Exmos

Em que condições se justifica uma prospeção e pesquisa, ao nível dos recursos minerais?

Em que condições se justifica a exploração de recursos?

Em que condições se exclui a vontade soberana das populações?

A CDU poderia resumir a reflexão necessária a estas três questões, aparentemente de resposta fácil. Fácil, porque as condições que sustentam as três questões projetam a resposta para o interesse nacional, na afirmação da soberania do país e da satisfação das necessidades inerentes à qualidade de vida e subsistências das populações, na garantia de futuro, nos princípios da sustentabilidade ambiental.

E então não é essa a condição que determina o Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio em Portugal?



Assembleia Municipal de Caminha

Novamente a resposta é fácil e clara, e é afirmativamente, Não.

Não, desde logo porque as bases de sustentação da prospeção e pesquisa, enquanto elementos de conhecimento que pode salvaguardar o interesse nacional, excluem o Estado, entregando a privados este domínio de saber. Logo, ainda antes de discutirmos sequer as questões ambientais, de proteção dos ecossistemas, da salvaguarda dos aquíferos, do impacto sobre a paisagem, a cultura, as artes e tradições das populações e a sua qualidade de vida, importa trazer à liça a traição aos interesses da nação quando se arreda a capacidade de ser a esfera pública a detentora do conhecimento do seu território, das suas riquezas, da localização das mesmas e dos potenciais que estas poderão aportar ao país, colocando-as ao serviço da nação. Dar às mãos de privados, não só a primazia, mas também o monopólio do conhecimento das riquezas nacionais, é, como diz o povo, entregar o ouro ao bandido. Só o Estado é fiel depositário do conhecimento, materializando o interesse nacional e a defesa das populações.

Portanto, relativamente à primeira questão levantada, nada mais resta que, negar o engodo. Por isso reafirmamos que o interesse nacional só se garante na esfera pública, na ação consequente da defesa do território e das suas populações. Logo, jamais aceitaremos a submissão a interesses corporativos de entidades privadas, ramificadas pelos monopólios estrangeiros que sugam territórios, corrompem e exploram as nações. E se há ainda alguém que sobre matéria energética entenda apoiar os privados, é porque, das duas uma, ou não sentiu ainda o peso da energia no seu orçamento por ter rendimentos muito acima da média nacional, ou então é um dos que com esses privados explora as populações.

A segunda questão levantada leva-nos novamente para o interesse nacional. Queremos com isto dizer que as políticas públicas devem garantir que agem em nome do país e da sua população e não em nome de outros, mesmo que alinhados, ou afunilados em convergências, acordos e compromissos comuns, como é o caso da UE. Aliás, é o próprio relatório preliminar que o afirma ao



Assembleia Municipal de Caminha

registar “Para diminuir a dependência externa e continuar a garantir a descarbonização da economia, é assumido que a mobilização do potencial interno da Europa é um elemento essencial para a UE reforçar a sua resiliência.” (Relatório Ambiental Preliminar, página 23). E ao assumi-lo, deve colocar em todos a dúvida se estamos perante o interesse nacional ou o interesse da UE e dos países que governam o jogo de interesses em que Portugal raramente é beneficiado. Por isso rapidamente o documento centraliza no lítio a ideia nuclear da descarbonização e transição energética, dando-o como “mineral com um papel central” (Programa PP do lítio, página 2).

Torna-se então claro que este programa não prevê a exploração em benefício do país, procurando uma vez mais infletir a tendência crítica que prevê já a exploração, desvendando as verdadeiras intenções de quem já determinou a predisposição do país para a cedência das suas riquezas naturais. Sabendo disso, essa inflexão foca a atenção de todos na determinação de que se trata apenas de prospeção e pesquisa, em nada implicando a exploração. No entanto a contradição surge no Relatório Ambiental Preliminar, no ponto 7, na Síntese da Avaliação Estratégica, registando “que o Programa de Prospeção e Pesquisa refere-se a 8 áreas com potencial para exploração de lítio”. E, esta é a mensagem central que deita por terra a boa intenção da prospeção e pesquisa pelo conhecimento, pelo saber, pelo elenco das riquezas que poderão ficar nas reservas da nação, acessíveis na esfera pública e apenas num cenário de interesse e soberania nacionais.

Portanto, pelos contornos, pelas ações prévias, pelos contratos entretanto celebrados, é hoje uma realidade inegável que não há razão alguma, objetiva e inquestionável, de interesse que justifique uma exploração, nas dimensões e propósitos, que sirva o país.

Somos agora chegados à última questão.

Na verdade, as populações gritam alto a sua negação à prospeção e exploração que, na esfera privada, tem agido no país de forma a desrespeitar as vontades populares, indiferente às riquezas patrimoniais naturais afetadas,



Assembleia Municipal de Caminha

em algumas zonas, de sobremaneira. É por isso inegável que a vontade popular não é atendida, considerada e, quando ouvida, esquecida. Mas porquê? Porque a condição que determina a exclusão das populações é seguramente mais determinante da riqueza garantida para uns poucos, empobrecendo a maioria e vilipendiando o território.

Agora que se clarifica que o Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio não se justifica pelo conhecimento, conduz a uma exploração de recursos injustificável no quadro do interesse do país e da sua soberania e não atende à voz das populações, chegamos à Serra d'Arga.

A Serra d'Arga é um maciço agregador dos territórios que influencia, e que se estende pelos municípios de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Ponte de Lima e Viana do Castelo. Conserva valores ambientais, paisagísticos e culturais singulares, possuindo áreas de Rede Natura 2000. É neste território que o PPP Lítio Serra D'Arga envolve uma área de 247,7 Km². Falamos de 55% da área da Serra que o programa prevê vir a usar, primeiro numa desenfreada prospeção e pesquisa, e depois, numa exploração não consentida pelas populações.

Na área da Serra d'Arga envolvida neste Plano de Prospeção e Pesquisa de Lítio incluídas no estudo estão 56 freguesias, residem 188279 pessoas, 72725 famílias e 97648 alojamentos com função residencial. Caminha é a segunda maior área de freguesias afetada, do conjunto dos municípios integrados neste programa, previsto para a Serra d'Arga. Este é o sítio onde os cursos de água, pela dimensão, função e dependência impacta de forma muito particular – falamos do rio Minho, rio Lima, rio Âncora ou rio Coura, entre tantos outros cursos de menor dimensão, mas de primordial função na biodiversidade e no equilíbrio ecológico, como ribeiros e outras linhas de água. A sensibilidade deste território alberga ainda espécies ameaçadas e outras em vias de extinção, destacando-se o lobo Ibérico, a Salamandra Lusitânica, o Morcego de ferradura, a Toupeira de água e várias aves de rapina, entre as quais, abutres, e muitas outras espécies vulneráveis.



Assembleia Municipal de Caminha

A opacidade na gestão deste dossier, ferindo a disponibilidade das populações, limitando o contrapondo de razões, impedindo até a reflexão mais ampla sobre os contextos atuais de dependência energética e as vias de descarbonização energética, fixaram no lítio um foco que se percebe poder ser mais económico que ambiental, ser mais político que técnico. E face à mobilização popular, que fez a pulso o seu crescimento na contestação, mas também na pesquisa de vias alternativas de desenvolvimento e de valorização dos seus territórios, o Governo assumiu uma indiferença de tal forma visível que apenas intensificou a luta. Uma luta que se tem vindo também a fazer na rua e que mostra a disponibilidade das populações para colocar o interesse coletivo acima do particular.

Mal seria, por isso, que esta Assembleia se recusasse a discutir o assunto.

A CDU teve sempre ideias claras sobre esta matéria, cuidando sempre da salvaguarda do interesse nacional e da soberania. Por isso nunca abdicou do conhecimento como elemento fundamental definidor de estratégias para o país, jamais o entregando a privados. E esta questão assume uma tão grande importância que se torna claro que o conhecimento nas mãos de privados apenas serve para o controlo das decisões que em nome do país de vão criando. Por isso este processo atravessou diferentes argumentações e ensaios de aceitação da informação ao longo do tempo. Primeiro é anunciada uma existência de reservas de lítio sem paralelo no país, procurando uma aceitação popular pelo grande desenvolvimento económico e financeiro de Portugal e, particularmente, das regiões onde tal metal alcalino se encontra, beneficiando, no nosso caso, a Serra d'Arga. Percebendo que a população não acolheu esse entusiasmo, o discurso muda e afinal passamos a falar de pequenas quantidades de lítio, e de uma apenas hipotética exploração. Mas o povo, atento, percebeu que interesse privado algum se mobilizaria para, a expensas próprias, de forma altruística, fazer prospeção e pesquisa só para entregar ao Estado Português esse mesmo conhecimento. Então o discurso muda novamente, e passamos a falar de outros minérios, de outras soluções



Assembleia Municipal de Caminha

de mineração ambientalmente mais equilibradas, sem nunca se especificarem, nem mesmo no relatório ambiental preliminar colocado em discussão pública. Mas a verdade é que se já não foi bom escolher o fim das eleições autárquicas para publicar e colocar à apreciação pública este relatório, pior são as assinaturas de contratos de mineração de lítio em plena vigência desta consulta pública.

O Governo Português não faz por isso a leitura correta da situação e parece ser o único que não entende as mensagens da população e até dos seus parceiros internacionais. A Comissão Europeia, por exemplo, apoiante da decisão do Governo, tem, contudo, insistido na necessidade de auscultar as populações afirmando mesmo que sem o apoio popular o projeto de lítio não pode avançar.

Eis-nos então chegados a este ponto. Há contratos assinados, há uma linha de montagem que iniciou as suas movimentações, temos um país que se comprometeu internacionalmente com uma cadeia de exploração, valorização e eliminação de lítio, retirando daí as mais valias económicas. Temos o país das pessoas que se mobiliza para travar este processo. Temos algum poder local entalado pela contestação popular e pelas ligações político-partidárias. E temos algumas ações em concreto que, sendo positivas, não afastam os interesses sobre o lítio.

Na verdade, Caminha, em conjunto com outros municípios, encetou um processo de criação da Área de Paisagem Protegida de Interesse Regional da Serra d'Arga. É uma boa iniciativa e mereceu a aprovação desta assembleia. Mas hoje sabemos que não basta para travar este processo. Aliás, o Relatório Ambiental Preliminar mostra que o cruzamento e proximidade da Rede Natura 2000 não é razão para impedir este programa no território, deixando apenas a indicação de que "O concurso abrangerá áreas previamente delimitadas que não englobarão áreas protegidas de âmbito nacional, áreas classificadas ao abrigo de instrumentos de direito internacional e áreas incluídas na Rede Natura 2000.". É pouco, porque não há fronteiras para o ar, para a água, para



Assembleia Municipal de Caminha

as espécies. É pouco, porque as ações de mineração a céu aberto, o transporte, a transformação e todo o conjunto de operações associadas, criam ambientes destruidores de todas as relações bióticas e abióticas.

Mas há ainda outras questões que antevêm o massacre à Serra d'Arga caso este programe avance. A tipologia de Prospeção e Pesquisa torna-se grave. O documento não esconde essa agressividade e regista, sobre as sondagens mecânicas, com características destrutivas do terreno intervencionado, que carece de "haver a necessidade de construir pequenas bacias de retenção para conter a água, com materiais/sedimentos em suspensão resultantes destas sondagens." (Programa de Lítio, página 16), implicando mesmo abertura de trincheira sempre que a sondagem é feita a mais de 3 metros de profundidade. Ora, para bem do conhecimento é imperioso para o país, neste momento, avançar, na perspetiva do Lítio, com Prospeção e Pesquisa de tão grande monta? Na verdade, para o interesse nacional há já informação que permita ter uma ideia para a caraterização deste recurso e o documento não o nega. E nem sequer este conhecimento é recente. Não é por isso de estranhar a referência na área de influência da serra d'Arga a pelo menos três sítios com informação sobre a quantidade e teor de óxido de lítio (Li₂O) nas diferentes formações minerais.

"Em termos de recursos podem-se referir que para Formigoso existem recursos prováveis de, pelo menos, 22000 toneladas (para fim cerâmico) com teor máximo de Li₂O de 1,3%, para Afife existem recursos prováveis (espodumena industrial) superiores a 2500 toneladas com teor máximo de 1,9% de Li₂O e para Balouca apenas existe referência ao teor máximo de 2,9% de Li₂O, sem menção a quantidades". (Fichas 8 áreas PPP do Lítio, página 1 e Relatório Ambiental Preliminar, página 43)

Então a tão grande monta na prospeção não é um imperativo apenas do domínio do conhecimento e sem o intuito imediato da exploração, como a esfera pública poderia garantir, mas antes um caminho que já se iniciou e que



Assembleia Municipal de Caminha

procurará compensar todos os cêntimos gastos até à data ao que se somarão os avultados lucros previstos.

Em 2011, foi publicada um pequeno livro que resultou de um Miniforum realizado em Lisboa sobre o tema do Lítio oriundo de pegmatitos, dando o território nacional como de interesse para a extração de Lítio. Mas o documento apontava já para que “O aproveitamento de corpos de menores dimensões é viabilizado pela multiplicidade de produtos que um único jazigo pode proporcionar”, mais acrescenta que “Esta diversidade deverá condicionar os vetores determinantes das próximas tendências de prospeção, pesquisa e exploração...” concluindo que “Apenas em casos muito especiais, o Li metálico será o objetivo principal das intenções de investimento mineiro sustentável (página 10, Valorização de Pegmatitos litiníferos)

Em 2014 o LNEG publica um mapa e tabela com as ocorrências minerais na Serra d’Arga, mostrando que o que agora se foi fazendo na perspetiva de preservação da Serra d’Arga foi deixando de fora estes sítios de interesse (Comunicações Geológicas (2014) 101, Especial I, 181-185, com o título “Paragéneses contrastantes no campo pegmatítico de Arga (NW de Portugal), diversidade e equilíbrio”).

Mas mais, parece que ao longo do tempo, quanto mais conhecimento se ia tendo, maior foi o interesse em entregar a privados o aprofundamento desse mesmo conhecimento com as consequências que daí advêm.

Ora, uma vez mais impõe-se saber o que fazer. Afinal conhecimento há e não é de agora. Contratos assinados há, e estes processos também não iniciaram hoje. A Área de Paisagem Protegida é importante, mas insuficiente. Também não é a primeira vez que esta matéria é discutida no município de Caminha.

A primeira ação terá que ser a da participação na consulta pública. Nesta assembleia, para além daquela que será a ação individual de cada partido, deverá ser afirmado o compromisso que nos une às populações, aqui representadas pelos eleitos municipais e pelas Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia. Mas também devem os munícipes de Caminha procurar fazer



Assembleia Municipal de Caminha

exatamente o mesmo e a CDU disponibiliza-se desde já para apoiar os munícipes nessa participação na consulta pública.

Torna-se necessário e urgente que os órgãos municipais, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, articulem as suas tomadas de posição, as suas ações e vontades para que o foco esteja centrado no essencial e se elimine a desconfiança no quadro da intervenção política.

Mas de tudo isto não fique a ideia que o processo termina aqui, mesmo que seja possível encontrar pontos de ação comum ou de celebração de compromissos mais amplos que a ação de cada partido permite. Está, por isso, em todos a iniciativa e todos estão convocados – autarcas, munícipes, comunicação social, movimentos cívicos, organizações e tecido associativo. Nesse sentido entendemos que é chegada a hora de procurar, nos limites da liberdade e responsabilidade de cada órgão, aproximar, reunir e ouvir o órgão executivo, e este os representantes de cada agrupamento político desta assembleia, em tudo o que sobre esta matéria venha a ser assumido pelo município.

Mas também se exorta a população a intervir. O descontentamento só se sente quando é afirmado. Há bandeiras, e entre elas a mulher do Minho é singular. Há hinos, mais ou menos populares. Mas há sempre exemplos de como o Minho sabe bater-se pelo que é justo e pela vontade popular.

“Viva a Maria da Fonte
com as pistolas na mão
para matar os Cabrais
que são falsos à nação”

(em As sete mulheres do Minho, Zeca Afonso)

Assim nos cantava o saudoso Zeca Afonso, lembrando a intrépida ação destas mulheres da Póvoa do Lanhoso.

Não sejamos literais, mas que estes ícones nos entusiasmem a garantir e impedir esta ofensiva do capital sobre o país, em geral, e sobre o território de Caminha, em particular.



Assembleia Municipal de Caminha

Para esta luta, contem com a CDU.
Disse.”

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, deu início á sua intervenção e disse o seguinte;

“No Passado dia 23 de Outubro tive a honra de integrar a Manifestação que teve lugar na cidade de Viana do Castelo e na qual as gentes do Alto-Minho e dos Concelhos que emolduram a nossa Serra D’Arga, muitas vezes apelidada de Montanha Mágica, deixaram pública e expressamente claro a todos os que quiserem ouvir-nos que às Minas de Lítio nesta Serra, diremos sempre: NÃO, NÃO e NÃO!

Munidos daquilo que nos caracteriza como naturais do Alto-Minho - os trajes, as concertinas, os bombos, as alfaias agrícolas, as vozes garridas e as cantigas de romaria – defendemos a nossa Serra e tudo aquilo que ela para nós representa, nos dá e ainda tem para oferecer ás futuras gerações.

Foi com satisfação que vi, bem à cabeça da Manifestação, num gesto de união, força e de concordância, todos os Presidentes de Câmara dos Municípios afetados por esta temerosa situação caminharem juntos, demonstrando a sua posição unânime e perfeitamente clara.

Mas, foi ainda, se me permitem, com um certo orgulho e satisfação pessoal que vi o Presidente de Câmara do meu Concelho e da minha terra assumir a voz de comando no momento de discursar, como o vem fazendo várias vezes ao longo dos últimos tempos, para deixar claro, sem qualquer entrave ou embaraço partidário, que o NÃO às Minas de Lítio é algo do qual não abdicaremos. Foi – e é muitas outras vezes – ele que assumiu voz representativa de todos os Concelhos, de todos os anseios, medos e riscos que a nossa Serra D’Arga corre,



Assembleia Municipal de Caminha

A Câmara de Caminha, na realidade, com a Presidência de Miguel Alves tem vindo, ao longo do tempo a demonstrar, SEMPRE, a sua posição bem vincada e preocupada contra a Exploração do Lítio na Serra D'Arga e todos os esforços e diligências foram tomadas atempada e corretamente.

A 11 de Julho de 2019, o Município de Caminha emitiu Parecer Desfavorável relativo ao Concurso do Lítio "Arga", atendendo que na área proposta a intervir, nomeadamente em toda a área da Serra D'Arga e vale do rio Âncora, encontram-se identificados diversos locais de interesse para a preservação da biodiversidade, pelos exemplares, por exemplo, de árvores ou arbustos presentes bem como pelos habitats raros e com particularidades específicas, como é o caso dos carvalhais com lameiros e amiais ripícolas; aveleiras com exemplares de grande porte; lameiros com a presença de betónica-bastarda; pinhais com *Scorzonera Humilis* e *Succisa Pinnatifida*, duas espécies raras em Portugal; matos higrófilos com espécies insectívoras, turfeiras com a presença de *Carex Durieui* e espécies de orvalhinhas, entre muitos outros.

O documento expressa claramente, e cito que:

"As atividades de prospeção pesquisa e extração e as diversas ações conexas que se perspetivam na área da Serra D'Arga e territórios contíguos iriam ser responsáveis por impactes ambientais negativos sobre a biodiversidade existente, podendo afetar de forma irreversível a fauna, flora, vegetação e habitats existentes na área da Serra D'Arga e nos territórios da Rede Natura 2000.

A área da Serra D'Arga proposta ser alvo de prospeção, pesquisa e eventual exploração corresponde a uma vasta área de recarga, de circulação e de armazenamento hídrico subterrâneo, que providenciam recursos hidrológicos indispensáveis às comunidades locais bem como a todas as zonas a jusante, nas quais se inclui o vale do rio Minho e Coura e vale do rio Âncora"

Relembremos por exemplo, que já em novembro de 2020, a Câmara Municipal de Caminha emitiu 2 pareceres negativos (a provados em reunião de Câmara de 16 de Novembro de 2020) a 2 pedidos de exploração, fora do concurso que



Assembleia Municipal de Caminha

atualmente se discute, que vinham como resultado de 2 Pedidos de Prospecção efetuados em 2009.

lamentavelmente sem que qualquer posicionamento ou parecer fosse tomado ou prestado. A verdade é que precisamente pela falta de posicionamento, que agora não se verifica, a Prospecção foi feita e encontramos-nos neste momento numa dura fase de discussão e decisão sobre a Exploração que se pretende a todo o custo impedir e evitar.

Também em novembro de 2020 é proposta a Criação da Associação de Municípios da Serra D'Arga, na qual o Município de Caminha teve um papel especialmente dinâmico e colaborante. É certo que a criação desta Associação só por si, não incapacita ou trava qualquer ação diretamente relacionada com a Extração de Lítio na Serra D'Arga, mas todos os passos contam e este foi mais um em prol da valorização do espaço natural, da fauna, flora e rede hidrográfica da região.

Esta proposta veio, como se recordarão, à Assembleia Municipal para votação e teve que voltar uma segunda vez, já durante o ano de 2021, para nos adaptarmos a algumas alterações que o Município de Viana do Castelo entendeu fazer ao Documento.

Mais concretamente, a 31 de julho de 2020 o Município emitiu parecer relativo ao Projeto de Decreto-Lei que regulamenta a Lei das Minas. Novamente, este Parecer não está diretamente relacionado com o tema que aqui discutimos hoje, mas avança com uma clara posição e possível interferência futura no assunto.

O Município de Caminha deixa claro nesse Parecer que são os Municípios, com os seus instrumentos de gestão do território que melhor conhecem as suas oportunidades, as suas valências e, acima de tudo, que melhor sabem proteger as suas populações e os recursos naturais, chamando à atenção do legislador para o facto de que ao retirarem qualquer poder vinculativo aos Municípios, estes perdem a sua capacidade primordial de serem os primeiros



Assembleia Municipal de Caminha

agentes no território, os primeiros pensadores dos seus espaços e os protetores das suas gentes.

No documento lê-se de forma clara, relativamente ao assunto, e passo a citar:

“Se é verdade que o interesse público é um conceito genérico e por vezes pouco concretizado e fundamentado por parte do Estado, não menos verdade é que o nosso maior potencial são as pessoas e o nosso território enquanto agente de cultura, de tradições, de vivências, de paisagens. E esse mesmo entendimento tem o legislador neste documento referindo ele próprio que o ‘interesse público’: ‘impõe uma racionalidade económica partilhada entre cidadãos e o Estado’”. Fim de citação.

Caminha, com este executivo e os dois anteriores, esteve, está e estará sempre contra qualquer ação de Prospeção, Pesquisa e Extração de Lítio naquela que por tantos é chamada de Montanha Mágica. Caminha, o Executivo de Miguel Alves e estou em crer que esta Assembleia não estariam nunca confortáveis com qualquer tomada de atitude ou posição que colocasse a fauna, flora, água, território, a cultura, e , especialmente, as gentes da Serra D’Arga em risco, uma vez que no momento em que se perde o património natural, irreparavelmente perde-se uma parte da identidade da comunidade.

O investimento naquela área tem sido feito precisamente no sentido contrário, de a valorizar em equipamentos, em melhoria de património histórico e edificado, na criação e marcação de trilhos, com o surgimento de novas valências e ofertas lúdicas e pedagógicas que preenchem todas as gerações.

Face ao exposto, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se confirma (como adiantou aos meios de comunicação social) que haverá uma posição articulada entre os Municípios incluídos na área a concurso no âmbito da consulta pública do Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar?

E questiono também se já é possível, nesta altura, adiantar os alicerces fundamentais do que poderá ser esse posicionamento conjunto?



Assembleia Municipal de Caminha

É importante que puxemos pela paixão que temos pela nossa terra neste combate, mas é ainda mais importante que possamos responder, com argumentos e racionalidade, a um projeto de mineração incompreensível e que prejudica o nosso território e, especialmente, a nossa população.

Permitam-me terminar lembrando as palavras de ordem da Manifestação que no passado dia 23 de outubro encheram as ruas da cidade de Viana, enfeitadas numa modinha de concertina minhota:

“Fora da Serra, que a Serra é nossa!”.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Gondar e Orbacém, José Manuel Cunha, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e deu início à sua intervenção;

“Em 29 de setembro de 2019 a Junta e a Assembleia de Freguesia de Gondar e Orbacém aprovaram a seguinte moção:

“Moção contra a prospeção, exploração e extração de Lítio em Gondar e Orbacém, mas também no Município de Caminha e nos Municípios vizinhos.

Esta moção serve para afirmar o consenso alcançado na última sessão desta Assembleia de Freguesia de 30 de junho de 2019, manifestando uma posição “inequívoca e irrevogável” contra a prospeção, exploração e extração de Lítio em Gondar e Orbacém, mas também no Município de Caminha e nos Municípios vizinhos. Este tema é merecedor de uma reflexão profunda sobre o que está em causa, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista ambiental e do bem-estar das populações. A exploração a céu aberto é altamente violenta para a fauna, flora, minas, nascentes e cursos de água, e extremamente prejudicial para o meio ambiente.

1. Considerando que o abastecimento de água ao domicílio na União de Freguesias de Gondar e Orbacém e em todas as freguesias em seu redor é feita através de explorações locais, os lençóis freáticos e cursos de águas



Assembleia Municipal de Caminha

serão contaminadas pelos reagentes químicos e metais pesados usados na sua extração;

2. Considerando que a qualidade de vida das populações será irremediavelmente afetada, pelas poeiras que trarão problemas respiratórios, lamas resultantes da extração, poluição sonora através dos rebentamentos diários e trânsito de máquinas pesadas e etc...

3. Considerando termos conhecimento da apresentação da proposta do Município de Caminha, juntamente com Ponte de Lima e Viana do Castelo, ao apresentar como objetivo final de classificar a Serra D'Arga como Área Protegida.

4. Considerando a previsível desvalorização do património ambiental local;

5. Considerando que a permissão de exploração vai hipotecar a vida de muitas gerações por um recurso natural que vai esgotar e que não realiza a verdadeira transição energética, mas que satisfaz o sistema capitalista na sua necessidade doentia de obtenção de lucro. O caminho certo para a descarbonização sustentável, não é este! Mas há alternativas, como por exemplo, o estudo do hidrogénio como alternativa aos produtos petrolíferos e ao armazenamento de eletricidade.

Os membros da Assembleia e Junta de Freguesia de Gondar e Orbacém, manifestam-se claramente contra este atentado à qualidade de vida das populações, não só de Gondar e Orbacém, mas de todas as populações circundantes.

A aprovação desta moção nesta Assembleia é um sinal claro do receio, das dúvidas, anseios e das muitas questões que têm de ser levantadas face à pouca informação que temos sobre o processo.

É também um sinal claro de que acompanhamos os receios da população, não servindo interesses que prejudicam os nossos munícipes.

A posição contra dos membros desta Assembleia e do Executivo da União de Freguesias de Gondar e Orbacém, relativamente às prospeções e extrações de lítio no nosso território e outros municípios é clara.



Assembleia Municipal de Caminha

Esta moção salvaguarda também futuros pedidos de prospeção e exploração, e processos que possam vir a acontecer, sendo de crer, que a assim acontecer, também nos posicionamos contra estes.

União de Freguesias de Gondar e Orbacém, 29 de setembro de 2019.

Os membros do executivo e eleitos para a Assembleia de Freguesia de Gondar e Orbacém.

Volvidos mais de dois anos, e perante um estudo de impacto ambiental que não dá resposta a nenhuma das preocupações que então manifestamos, e que antes pelo contrário nos dá razão para estarmos ainda mais preocupados, a posição da Junta de Freguesia de Gondar e Orbacém é a de tudo fazer para impedir não só a exploração, mas desde já toda e qualquer ação de prospeção de lítio na área de concessão da SERRA D'ARGA.”

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, disse ao Senhor Deputado Jorge Nande, que não podendo impedir um direito que lhe assiste, lamenta que o Senhor Deputado não esteja a respeitar um acordo saído da conferencia de líderes, que seria uma intervenção por cada grupo, posto isto, pode iniciar a intervenção.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que em defesa da honra, ele não está a respeitar um acordo de líderes porque tomou posse hoje, ou seja, não se vincula com acordos que tenha havido antes. E, disse ao Senhor Presidente que esta Assembleia lhe parece um Canto Gregoriano, porque estão todos ali para a mesma coisa, e ninguém quer explorações de lítio na Serra d'Arga e nem em nenhum ponto do Alto Minho, todos sabem disso, e todos sabem que o lítio não é a solução para a descarbonização do ambiente, até já se sabe que o próximo projeto vai pelo hidrogénio, e todos sabem e faz das suas palavras tudo que ali foi dito, que a exploração de lítio a céu aberto vai degradar população, o nosso turismo e a nossa paisagem. Mas, bastam umas pedreiras, quanto mais as pedreiras e os buracos para explorar lítio, logo, subscreve tudo



Assembleia Municipal de Caminha

que foi dito até ali de uma forma quase uníssona, não concorda muito com a intervenção do Senhor Deputado do Partido Comunista quanto aquilo da exploração de recurso ficarem com o Estado, essa é uma questão doutrinária com isso não concorda. Mas, recorda ali duas pequenas coisas, quer o Bloco de Esquerda, quer o PCP votaram a favor desta questão do lítio com o PS, portanto, ainda bem que todos vão mudando de opinião, aliás é preciso que não se esqueça que a nossa lei fundamental no artigo 66.º, diz que “todos tem direito a um ambiente de vida humano sadio ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”, este dever de o defender é extremamente lato, e até desafia os órgãos da autarquia de Caminha, Viana, Cerveira que são do PS e já agora que influenciem os do CDS de Ponte de Lima para fazerem referendos locais sobre esta matéria, porque, se calhar são muito mais vinculativos do que qualquer posição de qualquer Assembleia Municipal, esta é uma matéria digna de ser devolvida á população através de um referendo local, a pergunta se querem ou não querem explorações de lítio a céu aberto, isso é que era de coragem, porque ele tem alguma dificuldade em acreditar nesta boa vontade toda sobretudo na boa vontade do PS, e é um facto que foi a Dr.^a Liliana Silva a levantar estes problemas na Assembleia da República, quando lá esteve há una anos, estava tudo calado, e nomeadamente a Câmara de Caminha estava muito calada, o PS de Caminha nunca foi manifestamente contra o lítio, talvez se lembrando das palavras do Dr.º Mário Soares que ali vai citar “Só não mudam os burros”, o PS agora mudou porque viu uma população enorme contra isto, agora vai-se ver se esta mudança é sincera, e para ver se esta mudança era sincera, ele continuava a desafiar a fazer o referendo, mas, de qualquer forma e para terminar disse que para assegurar o direito ao ambiente no quadro de um desenvolvimento sustentável incube ao estado por meio de organismos próprios e com o envolvimento e participação dos cidadãos promover o aproveitamento racional dos recurso naturais salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica com respeito pelo principio da solidariedade entre gerações, o lucro que aparentemente querem



Assembleia Municipal de Caminha

tirar alguns com as explorações de lítio a céu aberto neste momento, compromete e de que maneira a solidariedade entre gerações, por outro lado também compete ao estado em colaboração com as autarquias locais, e daqui a grande importância dos políticos do PS neste Alto Minho que controlam a Comunidade Intermunicipal, são todos da mesma cor, da cor que está lá no governo do Galamba e do Matos Fernandes, promover a qualidade ambiental das povoações e a vida urbana, designadamente no plano arquitetónico e na proteção das zonas históricas e ambientais, promover a integração dos objetivos ambientais nas várias políticas do ambiente setorial. Portanto, deixemo-nos de coisas, ninguém quer o lítio, a moção vai ser aprovada por unanimidade, mas, seria muito bom que o PS fizesse isto com sinceridade, e gostava muito de ouvir quem tem que ali ouvir que é o Senhor Presidente da Câmara de Caminha a demonstrar o empenho que vai ter na defesa da moção que ali vão aprovar, para que ela não seja uma pedrada no charco, sem qualquer consequência.

Tenho dito.

O Senhor Presidente da União de Freguesias das Argas (Cima, Baixa, S. João), Ventura Cunha, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e deu início à sua intervenção;

“Nos últimos tempos temos visto muitas pessoas a falar da Serra d'Arga, das suas aldeias, das suas tradições e da sua população. Eu não vos venho falar da Serra d'Arga, eu venho falar-vos EM NOME da Serra d'Arga porque moro lá com a minha família, conheço todos os seus habitantes, conheço a parte boa e a parte menos boa de viver e levar a vida na Serra d'Arga todos os dias do ano. Falo, por isso, em nome da população e falo daquilo que é a nossa vida.

Sou autarca há mais de 20 anos e nunca senti uma ameaça tão grande à nossa forma de vida. Temos um território de grande valor que cresceu da



Assembleia Municipal de Caminha

convivência entre o homem e a natureza e que tem vivido em equilíbrio. Nem tudo é tão perfeito como alguns pintam, mas, ao longo do tempo, sempre fomos encontrando a melhor forma de fazer conviver o ser humano com as plantas e os animais. O projeto de exploração de lítio na Serra d'Arga vem ameaçar toda esta situação, colocando em risco o meio ambiente, a qualidade da água, o sossego nas estradas e caminhos e a paisagem que resulta da harmonia com a natureza. Por isso, a população da Serra d'Arga está contra a possibilidade de abrirem minas a céu aberto onde temos os nossos campos, o nosso gado, as nossas abelhas ou a nossa floresta. Estamos contra um projeto que não conhecemos, que o Governo não nos explicou, estamos contra aquilo que sabemos que acontece sempre que se fazem minas: ficam os buracos e a população é que sofre.

Ao longo deste processo, a Serra d'Arga tem tido muitos amigos a quem quero agradecer. Em primeiro lugar, a todos os nossos familiares e conhecidos que tem apoiado a população manifestando-se contra este atentado. Depois a todas as pessoas e associações do ambiente, de todas as freguesias e Concelhos, que nos têm defendido nas redes sociais. Também a todas as freguesias do Concelho de Caminha que têm estado ao nosso lado e a esta Assembleia Municipal. E à Câmara Municipal de Caminha, ao seu Presidente e a todos os seus Vereadores, que têm dado a cara pelo nosso território e pela nossa gente. A todos, muito obrigado.

Esta é uma luta que faz sentido porque é uma luta sobre as nossas famílias, o nosso património e as futuras gerações.

O que não faz sentido é a destruição do nosso ambiente. O que não faz sentido é os Baldios, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Caminha estar a investir milhões na Serra e agora tudo ser destruído por uma mina a céu aberto que não nos vai trazer nada de bom. E, sobretudo, o que não faz mesmo sentido, é ouvir vozes entre nós que nos dividem, que atiraram acusações uns contra os outros quando o mais importante é aquilo que nos une: a defesa da Serra d'Arga contra a prospeção e exploração de lítio.



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente da Câmara,

Contamos consigo, com a sua influência e com a sua capacidade de luta pelas nossas aldeias e a nossa paisagem. As freguesias da Serra d'Arga votaram em si porque acreditam que a sua liderança nesta luta é a peça chave para o sucesso. Da nossa parte pode contar com trabalho e solidariedade, de si esperamos que possa acabar com esta ameaça que paira sobre o nosso futuro.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e nele todos os presentes e todos os que assistem a partir de casa, e deu início à sua intervenção a congratular esta Assembleia Municipal pela oportunidade de ser reunir de forma extraordinária sobre este tema.

Congratular também o que parece ser uma vontade de unidade na tomada de posição que reforça, e muito, todo o posicionamento formal e informal que o Município tem mantido sobre esta matéria.

Sobre o Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio lançado pelo Governo, o Município tem-se pronunciado de forma clara no que se refere ao seu território: somos contra a prospeção, pesquisa e exploração de lítio e de outros minerais no Concelho atendendo à comparação de valores naturais, patrimoniais e humanos em causa e à menor valia da proposta que se apresenta.

Estes temas mexem muito com as emoções, falam da nossa terra e das nossas gentes e é fácil incentivar reações primárias ou mais emotivas que têm uma importância relativa no momento de tomada de posição. É preciso rebater a documentação e a vontade das empresas e dos Governos com coração, claro está, mas aos Municípios pede-se conteúdo técnico, racionalidade nos argumentos, coerência na formulação e evidência nas razões apresentadas.



Assembleia Municipal de Caminha

Com efeito, quando foi chamado a pronunciar-se sobre este assunto em 11 de julho de 2019, o Município de Caminha deu parecer desfavorável relativamente ao lançamento do concurso (apresentou um anexo exibido em power point)

E depois, chamado a pronunciar-se sobre o projeto de Decreto Lei que pretende regulamentar a Lei das Minas e que se quer aplicar já ao presente concurso, demos em 31 de Julho de 2020 novo parecer desfavorável (que foi elogiado por outras entidades, nomeadamente pelas associações ambientais, como o posicionamento mais trabalhado, preparado e coerente) – (apresentou um anexo exibido em power point)

Mas não nos bastamos com os pareceres negativos:

1 - Em 2017 lançamos e lideramos um projeto de valorização da Serra d'Arga a que chamamos "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora". Com franqueza, sentimos nessa altura que não havia conhecimento suficiente do que tínhamos na Serra d'Arga, que durante décadas não tinha merecido o cuidado devido do Município e de outras instituições.

2 – Com essa candidatura fizemos o que ninguém tinha feito até então:

Adquirimos Cartografia Base, nomeadamente levantamento aerofotográfico da área em estudo e as 4 cartas militares em suporte digital que abrangem aquela área

Elaboramos Atlas da Flora, Fauna e Geologia que constituem hoje publicações de referência

Elaboramos Estudos de Caracterização da Paisagem, tendo delimitado unidades de paisagem e definido objetivos de qualidade paisagística para cada uma delas com identificação dos sítios de principal interesse paisagístico, florístico, faunístico e outros.

Elaboramos Estudos de Avaliação dos Serviços de Ecossistemas e de Valorização da Infraestrutura Verde Serra d'Arga

Lançamos aplicações para telefone com trilhos pedestres (6) e as características de cada um



Assembleia Municipal de Caminha

Desenvolvemos um Plano de Comunicação que levou a Serra d'Arga a vários meios de comunicação social

Isto num investimento global de 347 mil euros suportados por fundos comunitários e pelos 3 Municípios envolvidos, num projeto desenhado em 2016, implementado a partir de 2017 e que teve notícia pública em 2019 – muito antes da febre do lítio, dos concursos e da contestação das populações (apresentou um anexo exibido em power point)

POR ISSO QUE ACABEI DE EXPLICAR, CUSTA-ME MUITO OUVIR DE ALGUMAS PESSOAS, ALGUMAS COM RESPOSNABILIDADES POLÍTICAS E, PROVAVELMENTE, COM MOTIVOS PARTIDÁRIOS, QUE O EXECUTIVO NUNCA FEZ NADA PELA SERRA D'ARGA E QUE SÓ AGORA ACORDOU PARA O TEMA. NÃO É VERDADE COMO PROVEI e como provam os investimentos na reabilitação do Mosteiro de S. João d'Arga, na eliminação de infestantes que trabalhamos com a Junta e com os Baldios, na entrega de meios de combate aos incêndios à população, na melhoria da rede móvel e WI FI e na valorização da Festa de S. João d'Arga como é exemplo máximo o trabalho feito para a distinguir como uma das 7 Maravilhas da Cultura Popular.

Mas a Câmara fez mais e, há pouco, o Presidente da Junta de Dem levantou o véu sobre essa problemática que nos deve preocupar a todos. Fora do contexto do concurso e por processos a correr desde muito antes da nossa tomada de posse em 2013:

1 – Em 30 de Dezembro de 2016, a Câmara deu parecer negativo a um pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de Volfrâmio, Estanho, Ouro, Prata, Nióbio e Tântalo (apresentou um anexo exibido em power point) que abrangia as freguesias de Caminha e Vilarelho, Moledo e Cristelo, Venade e Azevedo, Vilar de Mouros, Argela, Dem, Gondar e Orbacém, Riba de Âncora e União de Freguesias das Argas (apresentou um anexo exibido em power point)

2- Em 17 de Fevereiro de 2017, a Câmara deu parecer negativo relativamente ao pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos



Assembleia Municipal de Caminha

minerais de quartzo, feldspato e lítio na área denominada “Alto do Cavalinho” que abrange área das União das Argas (apresentou um anexo exibido em power point)

3 – Em 8 de Maio de 2017, a Câmara deu parecer negativo ao pedido de prorrogação de um contrato de exploração experimental de depósitos minerais metálicos para uma área denominada “Covas” mas que integra freguesias como Vilar de Mouros, Argela e as Argas. (apresentou um anexo exibido em power point)

Mas mais relevante do que isso (e indo ao encontro da preocupação do Presidente de Dem), em 16 de Novembro de 2020, está a fazer 1 anos, a Câmara deu dois pareceres desfavoráveis a 2 pedidos de exploração (não de pesquisa nem prospeção, de prospeção) de feldspato, quartzo e lítio numa área designada “Vilarinho” (que apanha a freguesia das Argas no Concelho de Caminha) e noutra área denominada “Aldeia” que apanha as freguesias de Argela, Argas e sobretudo Dem (por cima do lugar de Aldeia e por cima do lugar de Pedras Drias) – (apresentou um anexo exibido em power point)

Em resumo: ao contrário do que aconteceu no passado – é preciso dizê-lo – este Executivo sempre, mas sempre se pronunciou contra a pesquisa, prospeção e exploração de lítio no Concelho de Caminha. Os factos não nos desmentem.

Vamos agora à estratégia para o momento:

- 1 – Beneficiamos de todos os dados e diagnósticos que temos efetuados desde 2017 e vamos usá-los no combate contra a mineração
- 2 – Aprovamos a criação de uma Associação de Municípios da Serra d’Arga que irá levar à constituição da Área Protegida da Serra d’Arga com interesse regional que será muito mais ampla que o território do maciço central e que a área rede Natura e que será integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas.
- 3 - Temos uma proposta de Regulamento de Gestão para essa mesma área que determina, no seu artigo 13º, alínea d) como ato interdito “o corte,



Assembleia Municipal de Caminha

extração, pesquisa ou exploração de recursos geológicos, nomeadamente de massas minerais e inertes” (apresentou um anexo exibido em power point)

4 – Vamos continuar a valorizar a Serra com investimento na limpeza, nos trilhos, na reabilitação do património, no turismo de natureza, no turismo equestre, como estamos a fazer neste momento

5 – Até ao dia 10 de dezembro, o Município de Caminha e os restantes Municípios da Serra d'Arga vão apresentar uma pronúncia conjunta ao Relatório de Avaliação Preliminar que está em audição pública. Falta quase 1 mês para o final do tempo e estamos a trabalhar 5 Municípios com os consultores que fizeram o estudo da Serra desde 2017 e que estão a tratar da candidatura a Área Protegida de Interesse Regional, mas podemos já adiantar alguns pontos fortes da nossa posição:

A – Estamos a pronunciarmos sobre um documento que se denomina Programa de Prospeção e pesquisa de Lítio, mas que não tem nenhum conteúdo estratégico. A avaliação preliminar que temos em mãos não avalia nada, avalia um escrito preliminar sobre um futuro processo concursal

B – O programa em avaliação não especifica procedimentos administrativos e contratuais que devam ser implementados entre a emissão da eventual Declaração Ambiental e a contratualização final. Isto limita em muito o que podemos dizer, criticar ou perguntar.

C – O Relatório Ambiental é omissivo relativamente às consequências de aprovação do Programa, nomeadamente quanto aos direitos atribuídos aos titulares dos contratos de prospeção e pesquisa. De facto, o Relatório avalia os efeitos diretos da prospeção e pesquisa, mas não avalia os efeitos indiretos e, muito menos, os que resultarão dos direitos da prospeção. Nesta fase, essa é uma matéria incontornável.

D – Há uma caracterização sumária e demasiado ligeira das atividades de prospeção que se pretendem, quer relativamente às sondagens mecânicas e das trincheiras e poços de pesquisa, quer relativamente às opções dos locais e as medidas adotadas em cada um deles para preservação do habitat. Porque é



Assembleia Municipal de Caminha

que isto é relevante? Vejam algumas fotos dos efeitos da prospeção e pesquisa de lítio em Covas de Barroso, Concelho de Boticas (apresentou um anexo exibido em power point)

(ao contrário do que muitas vezes se refere, a prospeção e pesquisa, feita de forma descontrolada, pode ser perigosa para a paisagem. Este Relatório não diz nada sobre isso)

E – A desconsideração dos princípios orientadores da classificação da Serra d'Arga como Paisagem Protegida de Interesse Regional relativamente à Conservação e valorização da paisagem natural (valores naturais), paisagem humanizada (valores culturais), Paisagem florestal (valores florestais) e a promoção do conhecimento técnico-científico.

Neste sentido, é pouco ou quase nada aprofundado o facto de o Programa e Pesquisa de Lítio na Serra d'Arga abranger 32,9% da futura Paisagem protegida (apresentou um anexo exibido em power point). E também pouco se considera os impactos das Zonas Especiais de Conservação – Litoral Norte, Rio Minho, Rio Lima e Serra d'Arga, na Zona de Proteção Especial dos Estuários do Minho e Coura e na Paisagem Protegida Regional das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos (e ainda a Zona Especial de Conservação do Corno do Bico em Coura).

F – O Relatório é ainda omissos quanto aos trabalhos efetuados pelas Câmaras e aos valores nele detetados. Saliento alguns que não são tidos em conta:

1 - Temos 346,6 quilómetros de linhas de água na área a sujeitar a prospeção e pesquisa. Só no Concelho de Caminha são 45.6km. Nada se diz relativamente aos cursos de água.

2 - O relatório do programa nada refere relativamente ao Património Geológico, no entanto, a área sujeita a prospeção e pesquisa, abrange 887 dos 1.025 hectares do Monumento Natural Local "Cristas Quartzínicas do Campo Mineiro de Folgadoiro-Verdes (Viana do Castelo)



Assembleia Municipal de Caminha

3 – No Programa apenas se considera o património arquitetónico classificado ou em vias de classificação e o património arqueológico. Ora, o nosso estudo de 2017, constata que na área a explorar e pesquisar existem 1328 elementos de valor patrimonial relevante já identificados – 619 bens arquitetónicos, 37 núcleos rurais e 53 sítios arqueológicos

4 – Outra fragilidade, é o não ter em conta o levantamento do Atlas e da Fauna que foi efetuado e detetou 546 espécies de flora vascular; 476 táxones nativos; 70 espécies exóticas e 32 espécies RELAPE (Raras, endémicas, localizadas e ameaçadas ou em perigo de extinção). Neste âmbito, registou-se uma descoberta notável: a *Scrophularia bourgaeana*, encontrada em Arga de Cima, e que é um endemismo ibérico. No âmbito do Atlas da Fauna foram identificadas: 126 espécies de aves; 10 espécies de anfíbios; 12 espécies de répteis; 23 espécies de mamíferos não voadores; 10 espécies de mamíferos voadores e 5 espécies de peixes.

Ficam de fora também as pessoas, as nossas aldeias, as tradições, o quotidiano. Mas sobre isso creio que todos estamos conversados.

Em síntese, este é o trabalho que a Câmara fez, está a fazer e vai fazer nos próximos dias, meses e anos.

Espero ter contribuído para o esclarecimento de todos.”

O Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis, propôs o período de réplica.

O Senhor Deputado Carlos Videira, disse que a sua réplica é para se dirigir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e restante mesa, aos Senhores Deputados que estiveram presentes na conferência de líderes desta semana. E, ele é daqueles que julga que os políticos e os partidos credibilizam-se quando conseguem assumir os seus erros e as suas falhas, e por isso, pede desculpa ao Senhor Presidente, à mesa e aos Senhores Deputados, porque aquilo que de facto combinaram todos de boa fé não foi cumprido ali na Assembleia Municipal, logo, pede desculpa em seu nome pessoal e



Assembleia Municipal de Caminha

institucional, e julga que deverão ser retidas consequências sobre isso, porque foi um compromisso que todos assumiram de boa vontade no interesse de todos os munícipes, e não tendo sido cumprido a única responsabilidade é dele e está ali para a assumir.

E para terminar, disse que solicitou na sua intervenção ao Senhor Presidente alguns tipos de esclarecimentos, e agradece a exposição que ali fez, mas, gostava que respondesse apenas às 4 questões sucintas que fez na intervenção;

- Se está disponível para posteriormente divulgar o parecer a ser feito entre a Câmara Municipal de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo e Ponte de Lima;
- Se há disponibilidade do Município para promover as sessões de esclarecimento junto da população para assegurar a sua mobilização e sensibilização nesta matéria;
- Se poderá divulgar no site da internet do Município todo o processo de participação pública, para promover a participação individual;
- E, se esta via não tiver sucesso, se admite o recurso às vias judiciais.

Muito obrigada.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que vai dar duas notas prévias nesta réplica. A primeira, agradece o empenho do Deputado Carlos Videira, porque foi um elemento fundamental no acordo que foi sendo conseguido ao longo desta última semana, e que os envolveu a todos num trabalho um pouco mais intenso, mas inserido no cargo e funções que todos assumiram.

Uma segunda nota para o eleito do “O Concelho em Primeiro”, o Deputado Jorge, para lhe agradecer, porque fez uma ótima demonstração daquilo que são clivagens políticas que existem no nosso país. E ainda bem que elas existem. O sr Deputado mostrou claramente o que é a direita, devota do capital, aquela que se entrega ao enriquecimento com o empobrecimento das



Assembleia Municipal de Caminha

populações, e aquela que é a esquerda que defende a esfera pública, como aquela que deve deter os desígnios do Estado na defesa da soberania da Nação. Disse ainda que não pode concordar com aquilo que diz a seguir, porque, ao ser tão claro nesta clivagem política, parecendo até que era consistente e estudada, desvirtua tudo quando refere a seguir uma banalidade, nomeadamente que a CDU foi a favor de tudo isto do lítio. E isso é mau, particularmente quando este é um período em que se está a esclarecer. Dizer algo que é banal às pessoas, aturdindo-as, não ajuda, porque na verdade não existe o “tudo isso do lítio”.

Continuou questionando o Senhor Presidente da Câmara sobre o que vai fazer a partir deste momento, depois do exercício da Câmara Municipal nesta assembleia, que muito agradecem. Foi esclarecedor, mas, o que se vai fazer a seguir? É necessário que esta mensagem passe de forma muito mais clara para a população, sobretudo no incentivo para que todos participem nesta consulta pública e tenham de facto estas bases, que lhes parecem fundamentais, mas, terá que se encontrar argumentação teórica, factual que realmente consolide uma tomada de posição de forma muito mais firme e capaz e muito mais válida para contrariar este processo em que estamos envolvidos. Logo, o desafio é esse, o que se faz a seguir, não diretamente com aqueles que são os representantes políticos, mas com a população, que na verdade foram o motor de toda a contestação.

Muito obrigado.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e nele todos os presentes e todos os que assistem a partir de casa, e disse que não era para intervir, mas, depois de ter ouvido o Senhor Deputado Carlos Videira, dizer que a sua integridade não foi de forma alguma beliscada, agradece o empenho que teve em juntar todas as forças políticas em representação neste órgão, para chegar a um consenso porque foi de facto de união neste propósito. E, para que fique bem claro sem dedos a



Assembleia Municipal de Caminha

apontar a ninguém, estão todos unidos no que respeita a este assunto, Deputados, Presidentes de Junta, Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Caminha, e espera que hoje todas a dúvidas fiquem desfeitas.

Agradece ao Senhor Deputado que ao se dirigirem alguns membros da sua bancada ao Partido Socialista, tivessem mais respeito.

Muito obrigada.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que com a sua intervenção vai tentar dar uma “bofetada de luva branca”, como se diz na gíria popular. Agradece ao Senhor Deputado Carlos Videira o trabalho que fez, ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, há Senhora Deputada Paula Aldeia e não se compreende como um Deputado do vosso partido vai ali fazer acusações, e vai fazer aquilo que é exatamente o contrário ao espírito que estava nesta Assembleia Municipal, e percebe-se que era o esforço que se devia fazer, para que desta Assembleia Municipal sai-se aquilo que vai sair, e nunca fosse aproveitada para fazer aquilo que todos vão fazer noutra âmbito, onde existem divergências políticas, mas, hoje não era o momento para o fazer, e quem ficou mal não foi o Senhor Deputado Carlos Videira, a Senhora Deputada Paula Aldeia, o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, ou, ele, julga que foi o Senhor Deputado que fez a intervenção que ali fez que na sua opinião foi muito inconveniente para um momento destes.

Muito obrigada.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta às questões ali colocadas, disse quanto ao parecer será tornado público, trata-se de um parecer com alguma complexidade técnica que está a ser trabalhado, já tem um relatório preliminar que ainda está a ser trabalhado, porque ainda falta quase um mês, e tem que ser combinado com os outros municípios, e aquilo que não vai fazer, é partilhar neste momento porque existem sempre algumas alterações, e os municípios querem dar o seu cunho e isso pode não ser



Assembleia Municipal de Caminha

atendível muito antes do fim do tempo (10 de dezembro), e aquilo que não consegue garantir é que vai ser aprovado na reunião de Câmara, mas, tem receio, porque não vai depender dele que o consiga fazer, no entanto, será tornado público, e tornado público com um reforço da Região. Quanto às sessões de esclarecimento e ao conhecimento que se pode ter quanto a esta matéria, o executivo está sempre aberto a que isso possa acontecer, mas, vai ser criado um curso breve na Universidade do Minho, através do professor Cândido Oliveira, que estuda muito esta matéria. Neste curso breve que deverá acontecer nos primeiros dias de dezembro, a participação do Município de Caminha foi chamado para estar lá, vão um conjunto de especialistas ligados à questão do lítio, alguns defensores da mineração em abstrato, estarão lá, mas, também estarão algumas pessoas que não concordam com aquilo que se pretende fazer, não só na Serra d'Arga, mas, no conjunto do País, e aquilo que está combinado é que a Câmara Municipal vai contactar as Juntas de Freguesia de modo a oferecer inscrições a pessoas que possam participar neste curso, apesar de ser um pouco limitado, mas, será um curso importante no seio da Universidade do Minho.

Quanto à divulgação da participação no site do Município é uma excelente sugestão e ira-se tratar para que isso aconteça de imediato, e a boa noticia é que já há mais de 300 participações, o que quer dizer que as pessoas estão a compreender bem e houve um esforço por parte das Associações Ambientalistas em conjunto com as Juntas de Freguesia para ter um posicionamento sobre esta matéria.

Quanto as vias judiciais Senhor Deputado Carlos Videira, julga que no debate politico esta deve ser sempre a última via, mas, uma Câmara e um Município como o nosso tem que estar preparado para chegar a essas últimas vias, se for necessário, a proposito de alguma decisão, de algum comportamento se ter que agir judicialmente, estarão preparados para o fazer e certamente que não irão abicar, se entenderem que os direitos da nossa população ou do Município possam estar a ser feridos. Porém, ainda se está no combate político e aquilo



Assembleia Municipal de Caminha

que sair hoje desta Assembleia Municipal vai reforçar a posição do executivo e da Câmara Municipal, e de algum modo quer ali elogiá-lo, porque foi o PSD e como líder da bancada esta vontade de os unir e de ali estarem, e cumprimenta-o por isso.

Relativamente ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, dizer que como se está em trabalho político, que é técnico também, e esse trabalho vai merecer esta tomada de posição forte do território que os vai distinguir de algum modo, e não o faz pelas luzes da distinção é para que percebam que o território está forte e unido. E, em dezembro quando Ponte de Lima decidirem em Assembleia Municipal, aderir à Associação de Municípios da Serra d'Arga, estamos imediatamente preparados porque já se tem toda a documentação, para se lançar o procedimento de criação da Área Protegida. A criação da Área Protegida vai permitir marcar a agenda política, e vai permitir tomar as decisões no Regulamento que são a antecâmara para depois se poder incorporar nos PDMs, um bocadinho como se faz com os outros elementos de gestão, como no POC que se fez ainda há pouco. Está-se num período com muitas coisas a acontecer, e num período decisivo, e o posicionamento político que se tem vindo a ter, vai reforçar nos próximos tempos, ajustado ao conteúdo técnico.

Para surpresa do Senhor Presidente, esta avaliação ambiental tornada pública é muito insipiente, é muito fraca e deixa muitos factos de lado e muitas vezes é uma questão de opinião, mas, há muita factualidade que ali não está vertida, e isso não os deve fazer descansar, deve-os fazer olhar com alguma esperança sobre o procedimento que tem vindo a seguir, e ao longo deste tempo é importante que se possa alimentar algumas forças políticas a partir da Câmara Municipal, nomeadamente aquelas que estão representadas nesta Assembleia Municipal, porque a coligação "O Concelho em Primeiro", terá notícia mais rápida por estar na Câmara Municipal e esse compromisso existe tranquilamente a partir do Presidente da Câmara deixando aos diversos grupos parlamentares e Senhores Presidentes de Junta, que existe um procedimento que habitualmente lhes permite um diálogo de 15 em 15 dias com a Câmara



Assembleia Municipal de Caminha

Municipal e com o Partido que tem assento na Câmara, e isso não acontece tão claro com esta Assembleia Municipal e o seu compromisso com o Senhor Presidente e das forças políticas é que dentro do possível se vá informando os Senhores Deputados e hoje é mais fácil com o e-mail, torna-se mais fácil chegar a informação, e se houver o momento em que o sino toque a rebate, chamará todas as forças políticas, porque na essência estão todos juntos e essa é a melhor notícia que sai hoje desta Assembleia Municipal.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, perguntou ao Senhor Presidente se referiu que vai levar os Senhores Presidentes de Junta a uma sessão sobre a vantagem da mineração, pede desculpa se interpretou mal aquilo que ele disse, pois não queria sair hoje da Assembleia com essa dúvida.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta disse que ao Senhor Presidente de Junta que apenas percebeu parcialmente no conjunto da resposta que deu ao Senhor Deputado Carlos Videira, aquilo que quis informar é que haverá um curso breve organizado pela Universidade do Minho, que será de três dias em formato online que irá debater esta questão do lítio, esse curso irá ter os detratores e os apoiantes da exploração, portanto, irá ter duas visões sobre a exploração mineira e não é sobre a Serra d'Arga é sobre o País e até mundial, e aquilo que quis ali dizer no âmbito dos debates que tem havido da formação e capacitação, é que o Município entrará em contacto com as Juntas de Freguesia, oferecendo a inscrição, uma vez que é paga, para que as Juntas de Freguesia inscrevam uma ou duas pessoas, e terá lá pessoas com opiniões diversas.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, solicitou ao Senhor Deputado Carlos Videira para ler a Moção.



Assembleia Municipal de Caminha

Logo de imediato o **Senhor Deputado da Coligação “O Concelho em Primeiro” Carlos Videira**, leu a Moção:

“No dia 28 de setembro de 2021, a Direção Geral de Energia e Geologia lançou o processo de consulta pública do Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio.

O referido relatório inclui a Serra de Arga como uma das oito áreas que, potencialmente, poderão integrar o procedimento concursal para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de Lítio, por indiciarem a presença relevante do recurso em causa.

A área indicada interseta, pontualmente, zonas da Rede Natura 2000, uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade, e que constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

De igual forma, a área indicada para prospeção e pesquisa inclui zonas que se sobrepõem significativamente aos territórios que constam da proposta de classificação da Serra de Arga como Área de Paisagem Protegida de âmbito regional, sendo expectável a sua inclusão na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Entende-se, por isso, que as atividades de prospeção e pesquisa de lítio, bem como uma posterior exploração, terão impactos devastadores na qualidade da água, afetando gravemente as bacias hidrográficas dos rios, nos corredores ecológicos, diminuindo de forma irreversível a biodiversidade local, e nas paisagens naturais, pelos danos visuais e pelos impactos provocados na morfologia e hidrologia dos terrenos, que inutilizarão também as zonas agrícolas e florestais.

Desse modo, não existem contrapartidas que possam compensar os danos causados pela exploração mineira, assente em práticas que destroem o



Assembleia Municipal de Caminha

equilíbrio ecológico e acarretam consequências negativas que persistem durante décadas.

Trata-se, portanto, de uma ameaça sem precedentes à qualidade de vida das populações e ao desenvolvimento sustentável do Concelho de Caminha.

Assim, e considerando as atribuições próprias da Assembleia Municipal de Caminha, este órgão, reunido a 12 de novembro de 2021 em Vila Praia de Âncora, delibera:

1. Manifestar total desacordo com a inclusão do território municipal no Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio em curso;
2. Pugnar, através de todas as vias legítimas, pela reversão dos contratos de prospeção, pesquisa e exploração de lítio em território municipal;
3. Aliar-se às populações na sua justa luta contra o Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio no território municipal;
4. Congregar esforços entre os agentes políticos e as estruturas representativas de cidadãos, numa postura unida de oposição à prospeção e pesquisa de lítio, fundamental para assegurar a consciencialização e a mobilização eficaz de toda a população face à ameaça de exploração na Serra de Arga, bem como no restante território municipal;
5. Apelar à participação individual e coletiva de todos os munícipes no processo de consulta pública em curso.

A presente moção deverá ser remetida para as seguintes entidades:

Direção-Geral de Energia e Geologia

Ministério do Ambiente e Ação Climática

Ministério da Economia e Transição Digital

Governo da República Portuguesa

Grupos Parlamentares da Assembleia da República

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

Câmara Municipal de Caminha

Vila Praia de Âncora, 12 de novembro de 2021”



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida, o **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, propôs para votação a moção a qual foi aprovada por unanimidade.

A **Senhora Deputada Claudia Ferreira**, solicitou o Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis se se podia ausentar por motivos familiares

b) Eleição de grupo de trabalho para elaborar alteração do regimento da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 29 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1 do art.º 29, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, os eleitos pelo Partido Socialista, pelo “O Concelho em Primeiro”, pela Coligação Democrática Unitária, pelo Bloco de Esquerda e pelo representante dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia à Assembleia Municipal de Caminha, **vêm propor** os membros deste órgão, que constituirão o grupo de trabalho, presidido pelo Senhor Presidente da Mesa, destinado a elaborar a alteração do Regimento da Assembleia Municipal e que são os seguintes:

Efetivos:

Partido Socialista: **João Fernando Oliveira Domingues**

O Concelho em Primeiro: **Carlos Alberto da Fonte Videira**

Coligação Democrática Unitária: **Joaquim Celestino Simões Ribeiro**

Bloco de Esquerda: **Abilio Braga Cerqueira**

Representante dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia: **José Miguel da Silva Lopes Gonçalves** - Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho



Assembleia Municipal de Caminha

Suplentes:

Partido Socialista: **João Alberto Felgueiras da Silva**

O Concelho em Primeiro: **Ricardo Jorge Rodrigues da Cunha**

Representante dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia: **Jorge Paulo Alvarenga de Araújo** - Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, submeteu a votação (por voto secreto) dos Senhores Deputados e Presidentes de Junta a presente proposta e foi aprovada pela Assembleia Municipal com 31 votos a favor, 01 voto contra e 02 votos em branco.

c) Eleição do Representante dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e do respetivo substituto, para representarem a Assembleia Municipal durante o mandato

Os Deputados à Assembleia Municipal de Caminha, eleitos pelo Partido Socialista, **propõe** para representante dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e do respetivo substituto, para representarem a Assembleia Municipal durante este mandato em curso.

Efetivo:

José Miguel da Silva Lopes Gonçalves - Presidente da União de Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho



Assembleia Municipal de Caminha

Suplente:

Jorge Paulo Alvarenga de Araújo - Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, submeteu a votação (por voto secreto) dos Senhores Presidentes de Junta a presente proposta e foi aprovada pela Assembleia Municipal com 12 votos a favor, 02 abstenções.

d) Designação de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Caminha (CPCJ), nos termos da alínea I), do artigo 17º, da Lei nº 147/99, de 1 de setembro

Nos termos e para efeitos do disposto na alínea I), do art.º 17, da Lei 147/99 de 01 de setembro, na sua redação atual, os eleitos pelo Partido Socialista, pelo "O Concelho em Primeiro", pela Coligação Democrática Unitária e pelo Bloco de Esquerda à Assembleia Municipal de Caminha, **propõe** para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Caminha (CPCJ):

Efetivos:

Partido Socialista: **Filipe Samuel Baltazar Fernandes**
Renata Sousa Monteiro

O Concelho em Primeiro: **José Antonio Cancela Covelo**

Bloco de Esquerda: **Abilio Braga Cerqueira**

Suplentes:

Partido Socialista: **João Fernando Oliveira Domingues**



Assembleia Municipal de Caminha

O Concelho em Primeiro: **Cláudia Maria Pinto Ferreira**

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimentos e disse que independentemente de estar eleito numa coligação isso não significa que não deixe de exercer os seus direitos como deputado municipal e sobretudo como cidadão. A eleição dos membros para a Comissão Alargada da CPCJ, é um assunto que lhe diz particularmente respeito desde logo por motivos profissionais, que conhece muito bem, o art.º 17.º, da Lei 147/99 de 01 de setembro, tem o seguinte texto” são eleitos quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos e capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, designados pela Assembleia Municipal”, portanto, não é obrigatória que estes elementos sejam da Assembleia Municipal, assim, como preferencialmente devem ser pessoas com especiais conhecimentos e capacidades para intervir, por outro lado, atento ao art.º 18 da mesma Lei sobre a competência da Comissão Alargada, e sendo certo que é conhecido que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha está muito aquém daquilo que tem que fazer nomeadamente nem sequer tem sede onde os processos que são secretos possam estar depositados, pelos vistos os processos andam aí por vários sítios, dizia tendo em conta as competências nomeadamente desenvolver ações de promoção dos direitos e prevenção de situações de perigo das crianças e jovens; informar a comunidade sobre os direitos da crianças, promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a deteção dos factos e situações que, na área da sua competência territorial, afetem os direitos e interesses da criança e do jovem, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação ou educação ou se mostrem desfavoráveis ao seu desenvolvimento e inserção social; informar e colaborar com as entidades competentes no levantamento das carências e na identificação e mobilização dos recursos necessários à promoção dos direitos, do bem-estar e do desenvolvimento integral da criança e do jovem; colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração



Assembleia Municipal de Caminha

de projetos inovadores no domínio da prevenção primária dos fatores de risco e no apoio às crianças e jovens em perigo, colaborar com as entidades competentes na constituição e funcionamento de uma rede de acolhimento de crianças e jovens, bem como na formulação de outras respostas sociais adequadas; Dinamizar e dar parecer sobre programas destinados às crianças e aos jovens em perigo.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, perguntou ao Senhor Deputado se vai ali ler tudo o que está escrito na Lei, porque já o leram.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que tendo em conta tudo isto, e tendo em conta que ainda hoje foi informado que esta Comissão Alargada de Caminha, praticamente só reúne para elaborar e aprovar o Plano Anual de Atividades e pouco mais, ele precisa de ser informado para votar em consciência, relativamente a cada uma das pessoas que estão propostas, quais são os conhecimentos especiais e as capacidades que tem para intervir nestas matérias no âmbito da Comissão Alargada da CPCJ, logo, para votar esta proposta tem que saber em que pessoas estão a votar, porque se está a falar na Proteção de Crianças e Jovens de Caminha, portanto, não é qualquer pessoa que pode ir para lá, apesar de ser deputado municipal.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, disse ao Senhor Deputado que agradece os esclarecimentos, mas, já estão esclarecidos, e aquilo que o Senhor Deputado está a pedir ultrapassa as suas competências, não vai saber quem é quem e nem sequer tem o curriculum de quem é "a, b ou c". As pessoas em causa foram propostas pelos grupos políticos de que fazem parte.

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, em defesa da honra, disse ao Senhor Deputado Jorge Nande, que gostava apenas de saber como é que ele sabe se ela é ou não capaz de estar nesta lista para a CPCJ. Voluntariou-se para fazer



Assembleia Municipal de Caminha

parte e sabe o que significa estar nesta lista, e sabe daquilo que é capaz, e sabe que é capaz de todas aquelas ações que o Senhor Deputado ali citou. Agora, pergunta se o Senhor seria capaz? voluntariasse, apresente uma lista!.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, submeteu a votação (por voto secreto) dos Senhores Deputados e Presidentes de Junta a presente proposta e foi aprovada pela Assembleia Municipal com 31 votos a favor, 02 votos contra e 01 voto em branco.

e) Designação de quatro representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 83º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

Nos termos e para efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2, do art.º 83, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, os deputados eleitos pelo Partido Socialista apresentaram uma lista designada “A” e os deputados eleitos pela coligação “O Concelho em Primeiro” apresentaram uma lista designada “B” à Assembleia Municipal de Caminha, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, os seguintes deputados:

Lista “A”

Efetivos:

Hugo José Vasconcelos Martins

Sónia Maria da Silva Lajoso

João Fernando Oliveira Domingues

Renata Sousa Monteiro

Suplentes:

Filipe Samuel Baltazar Fernandes



Assembleia Municipal de Caminha

João Alberto Felgueiras da Silva

Lista "B"

Efetivos:

Carlos Alberto da Fonte Videira

Joaquim Celestino Simões Ribeiro

Maria Isabel Dias Lopes

José António Cancela Covelo

Suplentes:

Simaura Ferreira Fonseca

Ricardo Jorge Rodrigues da Cunha

O **Senhor Deputado Carlos videira**, disse que a sua bancada neste ponto da ordem de trabalhos está a adotar uma metodologia diferente, porque infelizmente no entendimento da sua bancada não foi possível ali chegar a um acordo para uma lista conjunta, ou seja, se no passado mandato em 2017 foi possível chegar a esse acordo com dois elementos do Partido Socialista, como força política mais votada, um elemento do PSD e um elemento da CDU, entendiam que nesta Assembleia com quatro forças políticas distintas e quatro representantes, deveria essa representação ser distribuída pelas quatro forças, não foi possível esse entendimento, mas, a bancada eleita pelo "O Concelho em Primeiro", decidiu fazer uma lista não apenas com os seus eleitos, mas estender o convite á CDU e ao Bloco de Esquerda, que os acompanharam nessa posição, a CDU entendeu aceitar a proposta de lista conjunta e o bloco acabou por não aceitar, posição que respeitam, mas, ainda acham que se assim o entenderem o PS e o Bloco, podem ainda abdicar.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que tudo aquilo que foi tratado no grupo para a preparação desta Assembleia estava a correr bem, até ao momento deste ponto da ordem de trabalhos. E, nesse momento disse que discordava da posição do PS porque disse que não abdicava dos dois deputados, compreende e aceita a posição, mas, pareceu-lhe bastante irredutível na medida em que tudo aquilo que estava a acontecer era a representação dos quatro partidos. Julga que seria o momento de dar esse sinal de que a representação ali na Assembleia também podia ser de todos os partidos, compreende que não tem posição para exigir, mas continua a dizer que a posição mais correta seria a representação dos quatro partidos, e nesse ponto de vista declara que vai votar contra a duas listas.

A presente proposta foi aprovada pela lista “A” na Assembleia Municipal com 10 votos a favor, contra a lista “B” que obteve 7 votos a favor.

Tendo sido eleitos como **efetivos** os Senhores Deputados:

- **Hugo José Vasconcelos Martins**- Partido Socialista
- **Sónia Maria da Silva Lajoso**- Partido Socialista
- **Carlos Alberto da Fonte Videira**- “O Concelho em Primeiro”
- **Joaquim Celestino Simões Ribeiro**- Coligação Democrática Unitária

Suplentes:

- **Filipe Samuel Baltazar Fernandes**- Partido Socialista
- **Simaura Ferreira Fonseca**- “O Concelho em Primeiro”

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H30M, do dia 13 de novembro de 2021, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.



Assembleia Municipal de Caminha

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

O Presidente

(Manuel Luis Pires Martins)